

CLIPPING SOBRE A RENCA

Título: Maior abertura a mineradores estrangeiros

Veículo: Valor Econômico

Autor: Daniel Rittner

Data: 29/11/2016

O governo quer retirar duas restrições impostas pela ditadura militar ao desenvolvimento da mineração. Uma é a proibição a empresas estrangeiras de explorar minérios na faixa de fronteira. Citando razões de segurança nacional, decreto de 1980 impede até pesquisa geológica por estrangeiro na faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira terrestre, correspondente a 27% do território do país.

Outro decreto do regime militar criou em 1984 a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), em uma área de 33 mil quilômetros quadrados entre o norte do Pará e o sul do Amapá, onde a pesquisa é monopólio do governo federal e fica restrita ao cobre. "É um debate que precisamos destravar", disse ao **Valor** o secretário de geologia e mineração do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo.

<http://www.valor.com.br/brasil/4790455/maior-abertura-mineradores-estrangeiros>

Título: Governo abre reserva de ouro na Amazônia

Veículo: Valor Econômico

Autor: Marcos de Moura e Souza

Data: 11/04/2017

Depois de mais de 30 anos fechada à atividade de mineração, uma imensa área da Amazônia rica em ouro será concedida à iniciativa privada. Portaria publicada sexta-feira no Diário Oficial da União abre caminho para a extinção da chamada Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), criada em 1984.

Não há informações sobre o tamanho dos depósitos de ouro e outros minerais associados, mas a avaliação do Ministério de Minas e Energia é de que a área pode se tornar de relevância mundial. Para Victor Bicca, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, pode vir a ser tão representativa quanto é Carajás para o minério de ferro. A reserva tem 46 mil quilômetros quadrados.

Antes da criação da reserva, havia 171 requerimentos de pesquisa; depois da sua criação, 482. O governo vai indeferir os pedidos feitos depois de 1984 e as áreas serão tornadas disponíveis para concessão. Mas os títulos concedidos antes dessa data serão analisados pelo DNPM e podem vir a ser outorgados. Antes de criar a Renca, o governo havia concedido 25 autorizações de pesquisa e duas concessões de lavra.

Título: Governo estuda reduzir restrições à mineração em zonas de fronteira

Veículo: Valor Econômico

Autor: Marcos de Moura e Souza

Data: 16/02/2017

O governo federal planeja rever as restrições à atividade de mineração em zonas de fronteira. A ideia é que a mudança atraia mais investimentos no setor e aumente a produção mineral no país. A novidade fará parte do pacote de anúncios que autoridades brasileiras levarão a investidores estrangeiros durante evento global de mineração que ocorre em março no Canadá.

De acordo com o Conselho de Defesa Nacional, órgão ligado à Presidência da República, quase 27% do território está incluído na faixa denominada zona de fronteira. É uma faixa que tem largura de até 150 km e que se estende por 15.719 km em 11 Estados. Uma lei de 1979 impõe uma série de restrições de atividades nessa área, incluindo a mineração.

O governo, no entanto, se movimenta para mudar isso. O presidente do Serviço Geológico do Brasil (ainda identificado por sua antiga sigla, CPRM), Eduardo Ledsham, afirmou ao Valor que o órgão já foi encarregado de iniciar pesquisas na faixa fronteira com o intuito de, num segundo momento, municiar com informações empresas interessadas em investir nessas áreas.

"Nossa obrigação é aumentar o conhecimento que se tem sobre os recursos minerais. Este ano vamos dar prioridade a algumas atividades nessas áreas até que, paralelamente, deslanche o fim dessa restrição ao investidor nas zonas de fronteira", disse durante evento com técnicos da CPRM em Nova Lima (MG). A CPRM é uma empresa pública de pesquisas de recursos minerais vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Ledsham, que atuou por 29 anos na Vale e que assumiu a CPRM há seis meses, cita como exemplo de área com potencial minerador a região conhecida como Cabeça do Cachorro, no extremo norte do Estado do Amazonas. "É um ambiente polimetálico com nióbio, cobre, tântalo, ouro. Mas hoje tem a restrição na mineração em zona de fronteira."

A assessoria do ministro informou que a atual gestão é favorável à abertura do território fronteiro para a mineração. O argumento central é que impedimentos como esse atrapalham a atração de investimentos num momento em que o país precisa de injeção de novos recursos.

A assessoria afirmou ainda que o ministério é contrário ao que chama de "empecilhos" à atividade de mineração e que trabalha em algumas medidas para dar novo impulso no setor. Uma delas é a que trata das fronteiras. A assessoria disse que esse é um dos temas que estão no radar do ministério. Hoje, segundo dados da pasta, a mineração movimenta o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e a pretensão é que suba para 6%.

A Lei 6.334, sobre a faixa de fronteira, que foi sancionada em 1979, veda, entre outros pontos, a alienação de terras públicas, a compra de terras por estrangeiros, a instalação de empresas de comunicação que explorem sinais de rádio e TV e a atividade de "pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil".

Para obter exceção a essas proibições, o texto diz que só com licença prévia do Conselho de Segurança Nacional. Em relação à mineração, há uma restrição adicional: mineradoras que obtenham autorização precisam ter pelo menos 51% de capital nacional, pelo menos dois terços de mão de obra brasileira e maioria de brasileiros na administração ou gerência.

Ledsham argumenta que essas restrições fronteiriças já foram abolidas em alguns países. E afirma que uma abertura pode até ser encarada hoje algo em favor da segurança nacional. "Na medida em que se coloca um processo produtivo organizado nas fronteiras você consegue até colocar barreiras nos problemas que existem, como passagem de droga, de arma, processos de invasão de garimpos", diz ele.

O foco, no entanto, é o fomento da mineração e o momento parece oportuno, aponta Ledsham. "Já existem sinais de recuperação das commodities metálicas. O mercado da mineração está mudando e é a hora certa para nós apresentarmos uma agenda positiva", disse.

Dessa agenda, também em nível ministerial, faz parte a abertura de outra área ainda inexplorada pela mineração. Trata-se da liberação para empresas entrarem na Reserva Nacional do Cobre (Renca), localizada entre o Amapá e o Pará. É uma área criada por decreto em 1994 e pertencente à CPRM. E é tida como a região da Amazônia com maior potencial mineral ainda intocado com ocorrências de ferro, manganês, ouro e tântalo.

A assessoria do ministério e Ledsham não detalharam como o governo pretende rever as restrições sobre zonas de fronteira e sobre a Renca. Mas os dois temas serão tratados na convenção anual da Prospectors and Developers Association (PDAC), que ocorre no início de março em Toronto. É um evento global do setor mineral.

Na apresentação que preparou para o evento, a CPRM lista as principais medidas prometidas para mineração no Brasil. Entre elas, cita "condições mais flexíveis para mineração em regiões de fronteira" e "a revogação do decreto que criou a Renca". Há também menção ao plano do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de disponibilizar 22 mil áreas pelo país. A possibilidade de mineração em terras indígenas não está na pauta do governo, segundo Ledsham, por ser um tema mais complexo e sensível.

Ele afirmou já ter encontros pré-agendados com investidores interessados em conhecer mais detalhes sobre outra iniciativa. Os leilões de áreas ricas em recursos minerais, programados para ocorrer no segundo semestre, segundo ele, e que foram incluídos em 2016 no programa de abertura ao capital privado elaborado pelo governo, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). As áreas da CPRM que irão a leilão ficam em

Pernambuco (onde há um depósito de fosfato), Tocantins (cobre, zinco, chumbo, cádmio e prata), Rio Grande do Sul (carvão) e Goiás (cobre).

Ledsham acredita que, antes dos leilões, o governo já terá conseguido destravar o novo marco regulatório da mineração, que parou no Congresso. O governo aposta em fatiar o projeto para facilitar sua aprovação. "Com certeza, até lá já deverá ter tido uma solução para isso. Para o sucesso dos leilões, a gente tem que ter essa estabilidade."

<http://www.valor.com.br/brasil/4871256/governo-estuda-reduzir-restricoes-mineracao-em-zonas-de-fronteira>

Título: 'Novo' Carajás será o polo de investimentos em infraestrutura?

Veículo: Valor Econômico

Autor:

Data: 19/04/2017

O presidente Michel Temer deve assinar um Decreto para extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Seus Associados (RENCA) fechada à iniciativa privada há três décadas. A área com cerca de 47 mil quilômetros quadrados, na floresta da Amazônia, nos estados do Pará e do Amapá, tem grande potencial para exploração de ouro, tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais.

Debates acalorados sobre a intenção do governo Temer de 'abrir' a reserva neste momento, o temor de que ocorra uma invasão de mineradoras estrangeiras na região ou alertando para a devastação dessa grande área na Amazônia ganharam corpo nos últimos dez dias, desde a publicação de uma portaria pelo Ministério de Minas e Energia informando que serão reativados os requerimentos de títulos para pesquisa e concessão de lavra na região já concedidos ou encaminhados antes da criação da Reserva em 1984. A reativação desses requerimentos promete dar pano para manga, uma vez que o governo vai indeferir os requerimentos encaminhados depois da criação da Reserva de Cobre. Do total de 416 áreas ou requerimento de pesquisa, 196 devem ser reativados e 220 indeferidos.

O total de requerimentos cobre mais de 90% da área da Reserva Nacional de Cobre, mas o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) só outorgou alvarás de pesquisa para 22 áreas ou 5%. Portanto, há muito a ser negociado. Cerca de 80% dos requerimentos foram encaminhados por nove grupos, onde se inclui o Serviço Geológico do Brasil (antiga CPRM) e a Vale __ detentora do maior número de áreas.

Em entrevista a Marco de Moura e Souza, correspondente do Valor, em Belo Horizonte, Victor Ricca, diretor-geral do DNPM, disse que o órgão do Ministério de Minas e Energia vê a possibilidade de a área ser tão representativa quanto é Carajás para o minério de ferro.

Em tempo: os 47 mil quilômetros quadrados de área da Reserva Nacional de Cobre e Seus Associados é equivalente a pouco mais de 5% da área do Projeto Carajás __ 900 mil

quilômetros quadrados. A consolidação de Carajás exigiu importante infraestrutura, que incluiu Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, localizado em Itaquí, São Luís, Maranhão.

<http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/4943326/novo-carajas-sera-o-polo-de-investimentos-em-infraestrutura>

Título: O primeiro passo para o fim da RENCA

Veículo: Brasil Mineral

Autor:

Data: 11/04/2017

O Ministério de Minas e Energia deu o primeiro passo com vistas à extinção da RENCA (Reserva Nacional do Cobre). Através de portaria assinada no dia 30 de março de 2017, o ministro Fernando Coelho Filho determinou que os títulos que objetivem áreas situadas dentro da RENCA e que tenham sido protocolizados no período de vigência do decreto nº 89.404, de 1984 (que criou a reserva) que estiverem pendentes de decisão, sejam indeferidos. Por outro lado, ele decide que sejam mantidos os requerimentos minerários (autorizações de pesquisa, concessões de lavra, permissões de lavra garimpeira e registros de licença) dentro da área da RENCA que tenham sido protocolizados antes da promulgação do decreto de criação da reserva e que estejam regularmente outorgados.

Os processos que tenham sido indeferidos pela autoridade serão sobrestados até que seja publicado o decreto de extinção da RENCA, o que já foi solicitado à Presidência da República. Estas áreas deverão ser colocadas em disponibilidade pelo DNPM, que contará com o apoio técnico da CPRM para fazer a divisão em módulos que serão disponibilizados separadamente ou em grupo. Ficam de fora, no entanto, as áreas dentro da RENCA que tenham sido outorgadas à CPRM.

O objetivo do ministro, ao propor a extinção da RENCA, é estimular a exploração mineral numa área de pré-cambriano da Amazônia, considerada de grande potencial e que pode ser revisitada utilizando-se técnicas mais modernas de pesquisa geológica.

Criação da RENCA

A Reserva Nacional de cobre e seus associados (RENCA) foi criada por decreto do então presidente João Batista Figueiredo, em fevereiro de 1984, a pedido do Almirante Gama e Silva, e abrange uma área considerada de grande potencial nos estados do Pará e Amapá. Pelo decreto, os trabalhos de pesquisa na área passaram a ser exclusividade da CPRM, usando recursos próprios ou de convênios firmados com o Gebam (Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas). A outorga de áreas para outras empresas somente poderia ser feita a empresas que tivessem negociado os resultados dos trabalhos de pesquisa com a CPRM.

O decreto também estipula que a concessão de áreas na região pelo DNPM somente poderia ser feita mediante consulta prévia ao Conselho de Segurança Nacional. E

preserva as autorizações e concessões de lavra regularmente outorgadas antes de sua edição.

O interesse pela área

De acordo com depoimento do geólogo Breno Augusto dos Santos, que vivenciou o processo que levou à criação da RENCA, o interesse pela área surgiu em 1969, quando a empresa Codim, após a descoberta de Carajás e o fracasso dos trabalhos na zona do Bacajá, desloca-se para a região Jari-Paru, onde o geólogo Décio Meyer descobriu o complexo alcalino-ultramáfico do Maraçoná.

A notícia chegou à Meridional (que descobriu Carajás), a qual decide sobrevoar toda a Asa Norte, chegando à descoberta do anatósio de Maicuru nos anos 1969/1970.

“Paralelamente, Décio Meyer trabalha toda a região para a Codim, atravessando a pé o trecho entre os rios Jarí e Paru, em 1970”, narra Breno.

Em 1971/1972, ainda segundo relato de Breno dos Santos, é criada a Docegeo e Gene Tolbert, que comandava a empresa, decide contratar os geólogos da Meridional e da Codim, incluindo Décio Meyer. Nessa época a Meridional e a Codim encerram seus programas de exploração geológica.

Em virtude de sua experiência e o gosto pela região, Décio Meyer fica responsável pela exploração geológica da Asa Norte. Em 1972, é montado o acampamento no rio Ipitinga, afluente do Jarí.

Em 1972, o programa RADAM-Brasil, que fazia mapeamento geológico na Amazônia, decide trabalhar na região e o DNPM solicita à Docegeo apoio ao RADAM, que convida o geólogo Wilson Scarpelli para prestar assessoria, tendo em vista seu conhecimento da região de Vila Nova.

A empresa Icomi requer áreas na região Jarí-Paru e, segundo Breno, a Docegeo e Décio Meyer abandonam a região e seguem para oeste, requerendo a área de Maicuru. De acordo com Wilson Scarpelli, “como a Icomi pagou pela cobertura de radar por duas folhas de 1:250.000, as imagens chegaram primeiro a ela, que identificou as serras e as requereu antes mesmo das imagens serem entregues ao RADAM. Já há alguns meses eu estava ajudando o RADAM na interpretação do precambriano do sul do Amazonas. Quando o RADAM recebeu as folhas do Amapá, convidou a Icomi a coordenar a interpretação dessas duas folhas. E para isso foi criado um grupo com geólogos da Icomi, CPRM e DNPM, tudo às claras”.

Depois a Icomi decide abandonar a área, que fica livre para requerimento. Em 1975, Décio e Equipe são transferidos para Carajás. Embora as áreas do Jarí-Paru estivessem livres, Breno dos Santos afirma que não conseguiu aprovação da diretoria da Docegeo para voltar à região. “Devido às primeiras descobertas de cobre, a Docegeo concentra os trabalhos em Carajás. Assim, apenas é requerido o complexo de Maraçoná”.

Em 1981, Décio Meyer deixa a Docegeo e vai para a BP (British Petroleum). Dois anos depois, em 1983, ele convence a BP a fazer requerimentos na região.

Conforme o relato de Breno, “o Almirante Gama e Silva, chefe do GEBAM (Grupo Executivo do Baixo Amazonas), descobre que Daniel Ludwig, do Projeto Jarí, tem ações da BP e fantasia que os requerimentos da BP fazem parte de um plano para o Ludwig dominar a região. O GEBAM tem assento no Conselho de Segurança Nacional e veta a concessão dos alvarás da BP”.

Em 1984, Gama e Silva liga para Breno, em Belém, informando que “já havia falado com Eliezer Batista (na época presidente da Vale) e com Francisco Fonseca (que presidia a Docegeo), para que a área fosse requerida pela Docegeo. “E que preparasse os pedidos e requeresse logo após o indeferimento dos pedidos da BP”. Naquele ano as áreas são de fato requeridas pela Docegeo.

Insatisfeita, a BP recorre ao ministro Delfim Neto e avisa que se fossem aprovados os alvarás da Vale, ela (BP) entraria com uma ação contra o governo brasileiro, “por discriminação do capital estrangeiro”.

Gama e Silva liga novamente para Breno dos Santos, narrando o fato, e pedindo que ele desistisse das áreas. Breno respondeu que somente faria isso se tivesse autorização superior da Vale. Então solicitou instruções por escrito à Vale e Docegeo sobre como proceder. Nada conseguiu. O almirante, então, pediu a criação da RENCA., o que de fato aconteceu em fevereiro de 1984, por decreto.

Em 1994, quando foi secretário de Minas no MME, Breno dos Santos solicitou às consultorias jurídicas do Ministério e do DNPM que verificassem a situação legal da RENCA, para ver a possibilidade de acabar com a mesma. E descobriu, surpreso, que quando a RENCA havia sido criada não tinham sido indeferidos os pedidos existentes, a maioria em nome da Vale. “Por razões ética, decidi deixar como estava”, diz.

Breno dos Santos recebeu com muito otimismo a notícia de que o MME propõe a extinção da RENCA.

<http://www.brasilmineral.com.br/noticias/o-primeiro-passo-para-o-fim-da-renca>

Título: Novo Marco deverá contar com Agência Nacional de Mineração

Veículo: Conexão Mineral

Autor:

Data: 10/05/2017

Novo Marco deverá contar com Agência Nacional de Mineração

Ministro de Minas e Energia falou sobre propostas de reavaliação do projeto de Lei nº 5.807/2013 em discussão no Congresso.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, esteve na manhã de hoje, 10, na Câmara dos Deputados para debater os planos da pasta para 2017. Durante a reunião, o ministro de Minas e Energia apresentou aos deputados as propostas específicas para o campo da mineração, que devem dar fôlego ao setor e contribuir para sua estruturação. Entre os destaques está a reavaliação do Novo Marco da Mineração, o projeto de Lei nº 5.807/2013, em discussão no Congresso, em face da nova conjuntura política e econômica.

“Temos propostas para área da mineração que envolvem todos os agentes. Pequenos mineradores, garimpeiros, Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), universidades, pesquisadores – criamos um conselho de ex-secretários de geologia e mineração do ministério para que eles possam ajudar nessa ideia. Então a ideia já conhecida pelo Congresso seria a reavaliação do Projeto de Lei do marco.”

“É o seguimento do ministério que ainda não tem uma agência reguladora”, afirma o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

Segundo o ministro devem estar dentro do escopo dessa reavaliação, além da criação da Agência Nacional de Mineração, a fim de dar mais estabilidade regulatória ao setor, a revisão da CFEM, de forma a simplificar o processo arrecadatário, estabelecer alíquotas sensíveis à flutuação de preços do minério de ferro e dar mais clareza às empresas contribuintes, preservando a partilha de receita entre os entes federados. Por fim, a regulamentação de dispositivos legais já vigentes e revisão das normas especiais aplicadas à faixa de fronteira também foram apresentadas pelo ministro.

Para Filho, as incertezas em relação às mudanças no marco legal vêm adiando investimentos no setor mineral. “Em 2012, 2013 chegou ao congresso a nova proposta do marco da mineração que desde então encontra-se aqui no Congresso sem nenhuma deliberação. Conversando com as empresas mundo afora, você pode ter um marco bom ou um marco ruim, isso é da interpretação de cada um. Mas pior do que ter um marco bom ou um marco ruim é não saber qual marco você vai ter”, enfatizou.

Novo Modelo

Diálogo e Transparência nas ações do ministério foi primeira questão pontuada por Coelho ao falar do novo modelo de sua gestão. “Chamamos todos do setor de óleo e gás, do setor de mineração e do setor elétrico para uma conversa franca da delicadeza do momento que estávamos assumindo e da situação e prometendo trabalhar em conjunto, visto que não podemos agradar a todos, mas deixamos claro que temos um ambiente com espaço aberto para o diálogo”. O ministro promete para sua gestão respeito aos contratos, eficiência na administração, racionalidade econômica e isonomia entre os agentes.

Título: Ministro apresenta desafios do setor mineral na Câmara dos Deputados

Veículo: Conexão Mineral

Autor:

Data: 15/05/2017

Ministro apresenta desafios do setor mineral na Câmara dos Deputados

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, participou de uma audiência pública na Comissão de Minas e Energia, na última quarta-feira, na Câmara dos Deputados e falou sobre os objetivos que vem sendo trabalhados pelo governo federal no âmbito do seu ministério: a melhoria do ambiente de investimento; segurança energética a preços competitivos; desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos. “Sabemos que o setor energético-mineral tem um grande potencial para a retomada do crescimento econômico. Para isso, estamos trabalhando com princípios para um novo modelo, que estabeleça diálogo e transparência, racionalidade econômica, eficiência na gestão, isonomia entre agentes e respeito a contratos” destacou ao iniciar seu discurso na Comissão.

Na área de mineração, frisou os projetos existentes no momento e planos para o avanço do setor, como a criação de uma agência reguladora e a revisão das normas específicas aplicadas à faixa de fronteira.

<http://www.conexaomineral.com.br/noticia/539/ministro-apresenta-desafios-do-setor-mineral-na-camara-dos-deputados.html>

Título: Impulso à mineração

Veículo: O Estado de S. Paulo

Autor:

Data: 28.08.2017

A extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) abre caminho para a exploração racional de uma imensa área da Amazônia rica em minerais, mas que, por imobilismo político e administrativo, foi mantida por mais de 30 anos praticamente isolada de quaisquer ações públicas e privadas, especialmente as voltadas para a mineração. A extinção da reserva – criada em 1984, no período final da ditadura militar – decorre de decreto do presidente Michel Temer publicado na quarta-feira passada no Diário Oficial da União. O objetivo da medida, segundo o governo, é atrair investimentos para uma região cuja população carece de oportunidades de trabalho e renda.

O isolamento da área de 47 mil quilômetros quadrados nos Estados do Pará e do Amapá por tanto tempo à espera de uma ação do governo gerou uma grande discrepância econômica e social em relação às áreas circunvizinhas, que, nesse período, se transformaram em razão dos investimentos recebidos por meio de diferentes projetos.

A Renca engloba terras indígenas e, enquanto existiu formalmente, teve florestas protegidas. Por essa razão, movimentos ambientalistas já se manifestaram contra sua extinção, apontando para o risco ambiental que a exploração dos minérios pode trazer para a região e para a ameaça que a atividade mineradora representa para as populações

indígenas e seus territórios. Tais objeções, no entanto, soam prematuras, visto que qualquer impacto sobre o meio ambiente ou sobre as condições de vida de populações indígenas dependerá das características dos projetos que vierem a ser implementados na região.

O governo teve a prudência de inserir no decreto que extinguiu a Renca um artigo que trata explicitamente dessa questão. Diz o texto que a extinção da reserva "não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira".

Do ponto de vista econômico, a medida era necessária. A Renca foi criada por decreto do então presidente João Figueiredo. O decreto estabelecia que a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) teria exclusividade para conduzir trabalhos de pesquisa geológica na área e para negociar com empresas de mineração as atividades de extração. O governo militar pretendia controlar inteiramente, por meio da estatal, a exploração das jazidas da região, especialmente as de cobre, então valorizado no mercado internacional. A CPRM chegou a identificar a ocorrência de depósitos de outras substâncias – são frequentemente citados ouro, zinco, fosfato e terras raras. Mas, com sua transformação no Serviço Geológico Brasileiro em 1994, ela praticamente perdeu toda a sua já pequena capacidade operacional e financeira para desempenhar o papel que o governo lhe impusera. O que era e é considerada uma área de grande potencial geológico permaneceu pouco conhecida e estéril.

Pesquisadores e investidores do setor mineral costumam comparar o que ocorreu com a Renca e com a Província Mineral de Carajás, cuja implementação ocorreu à época da criação da reserva que acaba de ser extinta. Carajás responde pela exportação de mais de 350 milhões de toneladas de minério de ferro e estimulou inúmeros outros projetos no seu entorno.

A abertura da área antes inteiramente protegida que formava a Renca é parte do programa do governo de tentar elevar a participação do setor de mineração dos atuais 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para cerca de 6%.

O decreto não define como será a entrada de mineradoras privadas na área da antiga reserva, que equivale à do Estado do Espírito Santo ou de um país como a Dinamarca. A expectativa dos investidores do setor, que há tempos aguardavam a medida, é de que em breve sejam iniciados os leilões de áreas para a exploração. Se for obedecida a regra estabelecida no decreto, de respeito às leis de proteção ambiental e às terras indígenas, as resistências que já se manifestam serão naturalmente vencidas.

Título: Ministro diz que mineração não afetará áreas protegidas

Veículo: O Globo

Autor: Manoel Ventura

Data: 26/08/2017

Fim de reserva mineral na Amazônia é criticado por ambientalistas.

Após a repercussão negativa causada pelo fim da proibição à exploração mineral em uma imensa área na Amazônia, o Ministério de Minas e Energia convocou uma entrevista ontem para defender o decreto assinado pelo presidente Michel Temer. O ministro Fernando Coelho Filho disse que a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) não é uma região de proteção ambiental e que as nove áreas indígenas e de floresta dentro do local não serão afetadas. Ele afirmou que não haverá exploração mineral nas áreas protegidas e que o tamanho dessas unidades de conservação não será alterado.

Coelho destacou que a fiscalização na região será intensificada. No entanto, o ministro não deu detalhes sobre como isso seria feito em uma área de 47 mil quilômetros quadrados: A reserva nacional do cobre é uma reserva mineral, nunca foi reserva ambiental. A área tem uma série de reservas ambientais e indígenas. Elas continuam sendo reservas ambientais e indígenas, com legislação própria. Esse decreto não tem poder para se sobrepor a uma lei. Não se fez uma liberação para atividade na área irrestrita. Não é isso que está acontecendo.

O governo publicou, na última quarta-feira, um decreto extinguindo a Renca, uma área entre o Pará e o Amapá. Com a decisão, depois de mais de 30 anos fechada à atividade de mineração, a região da Amazônia, rica em ouro poderá ser explorada. A reserva foi criada em 1984, ainda durante a ditadura militar. A decisão provocou protesto de ambientalistas e manifestações de artistas como a modelo Gisele Bündchen e o ator Cauã Reymond, nas redes sociais.

Com a repercussão, o governo desencadeou uma estratégia para rebater as críticas. Na última quinta-feira, o Palácio do Planalto divulgou nota na qual afirma que a Renca "não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns"! O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse no Twitter ontem que o "governo não extinguiu nenhuma unidade de conservação"!

"ÁREA COM EXPLORAÇÃO TEM FISCALIZAÇÃO"

Apesar de ter cobre no nome, a reserva é rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais. Não há informações sobre o tamanho dos depósitos. O temor dos ambientalistas é que a exploração de minério em regiões próximas às terras indígenas e às áreas de

DESTAQUES DOS PRINCIPAIS JORNAIS 26 de agosto de 2017

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia 4

proteção integral e uso sustentável dentro da Renca provoque degradação na floresta e nos cursos d'água.

O MME afirmou que não há, "no primeiro momento" hipótese de extração de grande porte na área e que os estudos podem levar mais de 10 anos. O ministro Fernando Coelho

Filho afirmou que a reserva mineral é hoje explorada ilegalmente. Ele jogou a culpa pela falta de fiscalização para outros órgãos do governo: — Nós temos informações de consultorias de que, dentro da área, existem aproximadamente 28 pistas de pouso clandestinas e mais de mil pessoas praticando extração ilegal. Nós temos agora um desafio de fiscalizar. Bem ou mal, todas as áreas com exploração têm fiscalização.

A reserva do cobre foi criada por meio de um decreto assinado pelo presidente militar João Figueiredo, que impediu a exploração mineral na mata. A área fechada tem o tamanho equivalente ao do estado do Espírito Santo ou ao território da Dinamarca. O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, grandes jazidas de cobre na região. Essa intenção, no entanto, não saiu do papel.

Título: Ministros dizem que área de conservação não vai mudar

Veículo: O Estado de S.Paulo

Autor:

Data: 26/08/2017

Incomodado com as críticas, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que está havendo confusão no caso. “Os fatos estão sendo retratados de forma inverídica”. Segundo ele, a medida tem o objetivo de regularizar uma situação que já acontecia na reserva. “Anteriormente era destinada só à exploração de cobre, mas clandestinamente exploravam outros minerais, como cobre e ouro. A medida não abre nenhuma área de exploração nova, só regulamenta as que hoje já acontecem de forma clandestina”.

Anteontem, a Presidência da República adotou nota na mesma linha. Padilha também usou as redes sociais para “esclarecimentos”. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, foi outro que saiu em defesa da mudança. Ele se comprometeu a não alterar o tamanho das unidades de conservação que fazem parte da Reserva Nacional de Cobre Associadas e disse que o governo cumprirá a legislação, de não liberar projetos dentro dessas áreas.

Título: Ministro diz que mineração não afetará áreas protegidas

Veículo: O Globo

Autor: Reuters

Data: 26/08/2017

Fim de reserva mineral na Amazônia é criticado por ambientalistas.

Após a repercussão negativa causada pelo fim da proibição à exploração mineral em uma imensa área na Amazônia, o Ministério de Minas e Energia convocou uma entrevista ontem para defender o decreto assinado pelo presidente Michel Temer. O ministro Fernando Coelho Filho disse que a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) não é uma região de proteção ambiental e que as nove áreas indígenas e de floresta dentro

do local não serão afetadas. Ele afirmou que não haverá exploração mineral nas áreas protegidas e que o tamanho dessas unidades de conservação não será alterado.

Coelho destacou que a fiscalização na região será intensificada. No entanto, o ministro não deu detalhes sobre como isso seria feito em uma área de 47 mil quilômetros quadrados: A reserva nacional do cobre é uma reserva mineral, nunca foi reserva ambiental. A área tem uma série de reservas ambientais e indígenas. Elas continuam sendo reservas ambientais e indígenas, com legislação própria. Esse decreto não tem poder para se sobrepor a uma lei. Não se fez uma liberação para atividade na área irrestrita. Não é isso que está acontecendo.

O governo publicou, na última quarta-feira, um decreto extinguindo a Renca, uma área entre o Pará e o Amapá. Com a decisão, depois de mais de 30 anos fechada à atividade de mineração, a região da Amazônia, rica em ouro poderá ser explorada. A reserva foi criada em 1984, ainda durante a ditadura militar. A decisão provocou protesto de ambientalistas e manifestações de artistas como a modelo Gisele Bündchen e o ator Cauã Reymond, nas redes sociais.

Com a repercussão, o governo desencadeou uma estratégia para rebater as críticas. Na última quinta-feira, o Palácio do Planalto divulgou nota na qual afirma que a Renca "não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns"! O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse no Twitter ontem que o "governo não extinguiu nenhuma unidade de conservação"!

"ÁREA COM EXPLORAÇÃO TEM FISCALIZAÇÃO"

Apesar de ter cobre no nome, a reserva é rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais. Não há informações sobre o tamanho dos depósitos. O temor dos ambientalistas é que a exploração de minério em regiões próximas às terras indígenas e às áreas de proteção integral e uso sustentável dentro da Renca provoque degradação na floresta e nos cursos d'água.

O MME afirmou que não há, "no primeiro momento" hipótese de extração de grande porte na área e que os estudos podem levar mais de 10 anos. O ministro Fernando Coelho Filho afirmou que a reserva mineral é hoje explorada ilegalmente. Ele jogou a culpa pela falta de fiscalização para outros órgãos do governo: — Nós temos informações de consultorias de que, dentro da área, existem aproximadamente 28 pistas de pouso clandestinas e mais de mil pessoas praticando extração ilegal. Nós temos agora um desafio de fiscalizar. Bem ou mal, todas as áreas com exploração têm fiscalização.

A reserva do cobre foi criada por meio de um decreto assinado pelo presidente militar João Figueiredo, que impediu a exploração mineral na mata. A área fechada tem o tamanho equivalente ao do estado do Espírito Santo ou ao território da Dinamarca. O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, grandes jazidas de cobre na região. Essa intenção, no entanto, não saiu do papel.

Veículo: Correio Braziliense

Autor:

Data: 28/08/2017

VISÃO DO CORREIO

Repercutiu negativamente, não só entre ambientalistas, mas também em amplos setores da sociedade brasileira a decisão do governo federal de decretar a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), criada durante o regime militar na década de 1980. Do tamanho do estado do Espírito Santo, a área de 47 mil quilômetros quadrados, na divisa do sul e sudeste do Amapá com o noroeste do Pará, é rica em minerais como ouro, nióbio, minério de ferro, níquel, manganês e tântalo.

O anúncio do governo se deu dias depois da divulgação, pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, de que houve recuo de 21% no ritmo de desmatamento da região, depois de cinco anos de alta. Mesmo com a queda, 2,8 mil quilômetros quadrados de florestas foram devastados, o equivalente a quatro vezes o tamanho da cidade de Salvador, o que demonstra que a atuação dos desmatadores continua intensa.

O que preocupa os ambientalistas é que, mesmo com a redução de 21% pelo segundo ano consecutivo, 20% de todo o desmatamento na Amazônia ocorreram em unidades de conservação: florestas, parques nacionais e reservas biológicas que foram criados pelo poder público justamente para impedir o avanço da derrubada. Acreditam que, além de questões estratégicas para o país, a exploração mineral na região da extinta Renca trará no rastro consequências conhecidas como violência, grilagem de terras e desmatamento, contribuindo ainda mais para a degradação da Amazônia.

O Ministério das Minas e Energia garante que não correm o mesmo risco as terras indígenas e as áreas protegidas da extinta Renca, que representam 80% do território, ficando 20% para a exploração econômica. As áreas de preservação dentro da reserva são o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, Reserva Biológica de Maicuru, Estação Ecológica do Jari, Reserva Extrativista Rio Cajari, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este.

A questão estratégica também preocupa, já que as reservas brasileiras de nióbio despertam a cobiça de outros países. Conforme noticiou o colunista Luiz Carlos Azedo, do Correio Braziliense, documento secreto dos Estados Unidos, vazado pelo site WikiLeaks, lista as minas no Brasil do metal — ele é considerado fundamental para a indústria de alta tecnologia — como locais cujos recursos e infraestrutura são considerados estratégicos e imprescindíveis para os EUA. O nióbio, raro no mundo, é abundante no país.

Os ambientalistas acreditam que, com a extração mineral em escala empresarial, o governo não terá meios para controlar e fiscalizar o desmatamento e a contaminação do solo e de rios. Os especialistas também se preocupam com os problemas sociais e culturais advindos do grande fluxo de pessoas em busca de novas oportunidades:

grilagem, violência e conflitos de toda ordem contra a população já estabelecida. Eles prometem forte reação, nos próximos dias, à decisão do governo, com a participação de grupos ambientalistas internacionais, na tentativa de reverter o decreto do Palácio do Planalto.

Título: 'Revogar a Renca nem é o problema em si', diz ambientalista – Natureza

Veículo: G1

Autor: Amelia Gonzalez

Data: 25/08/2017

O mundo dos ambientalistas e das pessoas que se preocupam com o desmonte de regiões com bens naturais suficientes para ajudar a melhorar a qualidade de vida dos humanos tremeu esta semana. Na quarta-feira (24), o presidente Michel Temer publicou um decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associadas (Renca), área de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá. Ou seja: no coração da Amazônia. Esta decisão estava tomada há tempos, quem sabe até mesmo desde quando Michel Temer começou a se empenhar em virar presidente. Em março, fez publicar no Diário Oficial sua intenção de leiloar terras da Renca, abrindo caminho para empresas interessadas em minerar ouro começarem a agir.

Em sua defesa, diante da avalanche de críticas que recebeu, Temer tuitou (à imagem e semelhança do presidente norte-americano e outros que resolveram usar as redes para se “comunicar” com os cidadãos comuns) dizendo que a Reserva não é nenhum paraíso e que seu decreto “não alterou nenhuma reserva ambiental da nossa Amazônia”.

Para o pessoal da ONG WWF Brasil, no entanto, não é bem assim. O decreto pode pôr em risco, sim, nove áreas protegidas na Amazônia, entre florestas estaduais, reservas ecológicas e terras indígenas. A explicação é simples: basta que uma grande empresa de mineração decida atuar ali para haver, além da exploração demográfica, desmatamento, perda da biodiversidade e comprometimentos de recursos hídricos, acirrando também conflitos fundiários e ameaçando povos tradicionais da floresta.

A notícia repercutiu até fora do país. O jornal britânico “The Guardian”, que tem tido uma atuação forte em defesa do fim do uso dos combustíveis fósseis em prol da preservação do meio ambiente, publicou reportagem chamando a abolição da Renca de “maior ataque à Amazônia em 50 anos”.

Os ânimos acirrados são plenamente justificáveis, e é bom que se tenha informações precisas sobre o cenário. Em busca disso, entrevistei Adriana Ramos, coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA), do Grupo de Trabalho de Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e secretária executiva do Fórum Amazônia

Sustentável. Adriana conversou comigo por telefone hoje pela manhã, de Brasília. A entrevista segue abaixo:

Estamos assistindo, de verdade, ao desmonte da Amazônia?

Adriana Ramos – O cenário está confuso, é uma grande preocupação, mas a ação de revogação dessa figura jurídica da Renca nem é o problema em si. Trata-se de uma figura criada no Governo Militar para separar uma área mineral e dizer: “Não vamos minerar aí agora”. É esta figura que foi revogada. O que acontece é que enquanto essa figura (criada em 1984) durou, 95% da região (que tem 47 mil quilômetros quadrados) foram destinados para áreas protegidas.

Isso quer dizer que nessas áreas protegidas não vai poder ter mineração?

Adriana Ramos – Não vai poder, é claro. São terras indígenas e unidades de conservação. Tem também as unidades de uso sustentável, onde para haver mineração é preciso ter uma discussão jurídica.

Então qual a área que, de fato, estará pronta para receber empreendimentos estrangeiros?

Adriana Ramos – Há na Renca uma área de 5% que não está sob nenhuma proteção, e ali poderá haver exploração. Entendo que está todo mundo tão nervoso com esse governo, que isso fica confuso mesmo.

Qual o problema em si?

Adriana Ramos – A preocupação e a reação que o decreto causou são plenamente justificáveis porque esse governo já reduziu uma Unidade de Conservação com Medida Provisória (a de Jamaxim) e tem feito uma série de concessões à bancada ruralista. O governo está muito mais pensando em se manter no governo do que qualquer outra coisa. E tem mandado sinais de que, de fato, não vê limites para alcançar o progresso e o desenvolvimento.

Revogar a Renca, então, é até pouco...

Adriana Ramos - Só para citar uma decisão que saiu agora, nesta mesma semana: a revogação da Portaria que criou uma reserva indígena em Jaraguá do Sul. É ainda mais grave porque cancela diretamente o direito dos povos indígenas (aqui tem mais informações). É uma terra antiga, praticamente urbana, onde agora se tem 700 índios vivendo numa terra de menos de 2 hectares. A ex-presidente Dilma Rousseff assinou, já no fim de seu mandato, uma portaria declaratória de uma nova terra indígena para poder garantir a sobrevivência deles ali, e Michel Temer agora revogou. Isso já é uma medida direta de restrição dos direitos indígenas. E é inconstitucional.

Fico pensando se esse tipo de atitude, tirando o direito do índio à terra, vindo do governo federal, não é capaz de criar um certo lastro no campo, onde já há tanta violência justamente por pessoas que não respeitam isso...

Adriana Ramos – Sim, a gente acredita que essa sinalização que o governo dá, de não respeitar os direitos indígenas, influencia diretamente no aumento da violência no campo. Já vimos – e há registro até em vídeo – parlamentares estimulando que os homens do campo se armem, protejam suas terras, façam o que for possível para impedir a entrada de índios.

Bem, mas digamos que nesses 5% da área da Renca que não são protegidos, as mineradoras consigam explorar. Teríamos como evitar desastres como aconteceu em Mariana, por exemplo? Temos leis rígidas para isso?

Adriana Ramos - A lei do licenciamento tende a fragilizar todo o sistema de gestão ambiental no geral, vai olhar também para uma série de outras questões que não tem outra forma de controle. O grande problema da mineração é ter uma atividade que tem uma regulação numa lógica de interesse público e que se coloca isso na perspectiva do interesse privado de outros países. Todo um interesse nacional subordinado a um interesse de mercado. Se a lógica de exploração da Amazônia for pautada exclusivamente sob o potencial econômico de empresas estrangeiras, qualquer perspectiva de preservar a floresta e pessoas fica para trás.

Tem muita gente que está comparando essas atitudes de Michel Temer, de descaso com o meio ambiente, ao governo dos militares. Você vê semelhança?

Adriana Ramos – Ambos os governos pensavam em desenvolvimento e progresso à frente de qualquer coisa, atropelando qualquer outra questão. Mas os militares não tinham essa relação com os mercados estrangeiros porque a lógica da soberania nacional não permitia. O que temos hoje é uma oposição fraca porque a lógica eleitoral tende a achar que é melhor deixá-lo lá, a sangrar, do que tentar mudar o governante.

<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/revogar-renca-nem-e-o-problema-em-si-diz-ambientalista.html>

Título: Confira as principais dúvidas sobre a extinção da RENCA

Veículo: Portal Brasil

Autor:

Data: 25/08/2017

Não houve extinção de reserva ambiental – o que foi fechado foi uma reserva mineral. Medida coíbe garimpos ilegais

Com o decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), o governo vai aumentar o rigor e coibir o garimpo clandestino na área. A extinção da Renca, uma antiga reserva mineral, não afeta as unidades de conservação federais existentes na região.

Para deixar claro o que é a Renca e como funciona a nova legislação, o Ministério de Minas e Energia criou uma lista com as principais dúvidas sobre o tema.

Confira:

1. O que era a Renca?

Criada em 1984 com o objetivo de proteger bens minerais, em razão de um possível desabastecimento no futuro, a Renca era uma reserva mineral de cobre e associados, localizada na divisa dos estados do Pará e do Amapá.

Dentro dos limites da Renca, pesquisa e exploração mineral só ocorreriam nos termos da regulamentação específica. Na área, existem reservas indígenas e de preservação ambiental, com diferentes níveis de proteção.

2. Por que o governo federal extinguiu a Renca?

São dois fatores. Um é o interesse nacional no conhecimento geológico e das riquezas minerais do subsolo brasileiro. Outro, a constatação de que o impedimento da atividade mineral regular na região estimulou a instalação de garimpos ilegais, com efeitos nocivos à preservação ambiental da Floresta Amazônica.

3. Com a edição do decreto de extinção da Renca, a Amazônia fica desprotegida?

O decreto de extinção da Renca não altera em nada as normas que tratam da proteção da Floresta Amazônica, tampouco afeta as reservas ambientais lá existentes. A preservação da Amazônia, em respeito à legislação socioambiental brasileira, será fortalecida pelo combate às atividades ilegais na região.

Um exemplo de preservação ambiental associada à atividade de mineração devidamente licenciada é o Projeto Carajás, localizado na Floresta Nacional de Carajás. A mina ocupa apenas 2% da floresta e sua atividade econômica ajuda a financiar projetos de preservação ambiental.

4. O decreto da extinção da Renca afeta alguma reserva ambiental?

Não. Além de não afetar qualquer reserva ambiental na área, o decreto estabelece, explicitamente, que a legislação que trata de proteção à vegetação nativa, unidades de conservação e terras indígenas será respeitada.

5. O decreto da extinção da Renca afeta alguma reserva indígena?

Não. A mineração em terras indígenas depende de lei específica, ainda não editada, e o decreto não é o instrumento adequado para legislar sobre esse tema. Portanto, a extinção da Renca não tem nenhum efeito sobre a proteção e os direitos de povos indígenas.

6. O decreto de extinção da Renca afeta as áreas ocupadas por comunidades quilombolas ou povos tradicionais?

O decreto não modifica a legislação que trata de direitos das comunidades quilombolas tampouco afeta as garantias dos povos tradicionais.

7. Na área da extinção da Renca, as atividades de mineração poderão ser realizadas sem observância das exigências ambientais?

Qualquer empreendimento futuro na Renca terá de cumprir exigências rigorosas para licenciamento ambiental específico, que prevê ampla proteção socioambiental, como se exige em todo o território nacional.

8. A extinção da Renca estimulará uma invasão clandestina de garimpos, como foi o garimpo de Serra Pelada?

Pelo contrário, o objetivo do decreto é promover o combate às atividades garimpeiras ilegais. Tal medida fomenta o aproveitamento racional e sustentável, sob o controle do Estado, do potencial mineral daquela área. O fim da restrição da atividade mineral atrairá investimentos de empreendedores regulares, em processos transparentes, para o exercício da atividade mineral, nas áreas permitidas pelo Poder Público.

9. A extinção da Renca implica numa flexibilização da legislação ambiental para a região?

Não. A legislação socioambiental brasileira é bastante cuidadosa e será aplicada para qualquer desenvolvimento de mineração na região, como ocorre em todo o Brasil.

10. A lei exige a avaliação de impactos ambientais ou sociais para a extinção da Renca?

A avaliação de impactos ambientais ou sociais não é pressuposto legal para a mera extinção de uma reserva mineral, haja vista que esse ato não tem repercussões em aspectos ambientais ou indigenistas, como demonstrado nas respostas anteriores.

<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2017/08/confira-as-principais-duvidas-sobre-a-extincao-da-renca>

Título: Extinção da Renca atinge reserva mineral e não ambiental, diz Planalto

Veículo: Agência Brasil

Autor: Ivan Richard Esposito

Data: 24/08/2017

Diante da repercussão negativa da edição do decreto que extinguiu ontem (23) a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), o Palácio do Planalto divulgou hoje (24) nota explicando que a decisão atinge a reserva mineral e não ambiental.

Segundo a nota, o decreto tem como objetivo "coibir a exploração ilegal" e recolocar o Estado como administrador de jazidas minerais da Renca, que atualmente sofre com a existência de garimpos clandestinos de ouro.

"A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d'água com mercúrio", diz trecho da nota divulgada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

Ainda conforme a nota, qualquer empreendimento no local que provoque impacto nas áreas de conservação estaduais do Amapá e do Pará terá que cumprir exigências federais "rigorosas" para licenciamento, com a previsão de "ampla proteção socioambiental".

"O compromisso do governo é com o soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia, sempre conjugando preservação ambiental com geração de renda e emprego para as populações locais", diz a nota.

A Renca foi criada em 1984 pelo governo de João Figueiredo, último presidente do período militar. Na ocasião foi definida a proteção da área de 47 mil quilômetros quadrados (km²), incrustada em uma região entre os estados do Pará e do Amapá.

Desde então, pesquisa mineral e atividade econômica na área passaram a ser de responsabilidade da Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CPRM – Serviço Geológico Brasileiro) ou de empresas autorizadas pela companhia. Além de cobre, estudos geológicos apontam a ocorrência de ouro, manganês, ferro e outros minérios na área.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-08/extincao-da-renca-atinge-reserva-mineral-e-nao-ambiental-diz-planalto>

Título: Mesmo sem ser reserva ambiental, Renca favorecia proteção da região - Ambiente

Veículo: Folha de S.Paulo

Autor: Maurício Tuffani

Data: 25/08/2017

Extinta pelo presidente Michel Temer, a Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados) não era uma unidade de conservação ambiental.

Sua delimitação por decreto pelo presidente João Figueiredo em 1984, no final do regime militar, serviu apenas para dar exclusividade ao poder público em seus 46.450 km² para

a pesquisa na exploração mineral, permitindo a participação privada somente por meio de convênio.

Embora na época ainda não existissem na legislação brasileira os princípios de proteção ambiental instituídos na Constituição Federal de 1988, já estava em vigor a avançada lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981.

No decreto de criação da Renca, assim como em sua atualização no ano seguinte, já no governo de José Sarney (PMDB), não havia dispositivos sobre proteção ambiental.

Apesar de não ser essa a finalidade da reserva, o monopólio de exploração da área para a estatal CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), do MME (Ministério das Minas e Energia) acabou indiretamente ajudando a fortalecer ainda mais a preservação das unidades de conservação em seu interior.

Situada entre os Estados do Pará e do Amapá, e tendo uma extensão equivalente à do Espírito Santo, a Renca englobava três unidades de conservação de proteção integral –a Estação Ecológica do Jari, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Reserva Biológica de Maicuru–, além das duas terras indígenas Rio Paru D'este e Waiãpi e quatro reservas de uso sustentável.

A extinção da Renca já vinha sendo solicitada há anos por empresários da mineração. Desde a instituição da reserva em 1984, o MME recebeu 421 requerimentos de autorização de pesquisa, dos quais 272 foram negados e os restantes 149 tiveram homologações de desistência, segundo publicação do ministério em maio no "Diário Oficial da União".

Em abril, o ministro Fernando Coelho Filho já havia dado o passo decisivo para acabar com a reserva.

No dia 19 daquele mês ele assinou portaria determinando que todos os requerimentos relativos à Renca pendentes de decisão seriam indeferidos. E informou que em breve encaminharia a proposta de extinção para o presidente da República.

Justamente por não ter nenhuma finalidade ambiental, a extinção da Renca não teria como implicar, por si só, autorização para ações de devastação na região.

No decreto de extinção publicado ontem por Temer, serviu apenas como "antídoto" para interpretações negativas o artigo que afirma prevalecer "a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira".

No entanto, a extinção do monopólio da pesquisa mineral para a CPRM não é apenas um forte fator de atração de investimentos de exploração para uma atividade que é das de mais elevado impacto ambiental.

É também, e ao mesmo tempo, o começo de uma situação que exigirá maiores esforços dos órgãos de fiscalização ambiental e em uma região de difícil acesso na Amazônia.

A notícia pegou de surpresa ONGs ambientais. Pelo que se conhece da relação com a área de mineração, é bem possível que o MMA também tenha se surpreendido ou não se preparado devidamente.

<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/08/1912863-mesmo-sem-ser-reserva-ambiental-renca-favorecia-protecao-da-regiao.shtml>

Título: Há negociata para entregar Amazônia à grilagem, diz Marina Silva – Política

Veículo: O Estado de S.Paulo

Autor: Dayanne Sousa

Data: 26/08/2017

A ex-senadora Marina Silva criticou, em vídeo postado em suas redes sociais, o decreto do presidente Michel Temer que extinguiu área de conservação na Amazônia. No vídeo, Marina chama as ações do governo de "negociatas" e afirma que o País está entregando terras da Amazônia para a grilagem.

O presidente Michel Temer extinguiu nesta quarta (23) uma área de reserva, na Amazônia, de 46.450 km² - tamanho equivalente ao do Espírito Santo -, na divisa entre Pará e Amapá, conhecida como Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados). A região possui reservas minerais de ouro, ferro e cobre.

"O presidente Temer, vergonhosamente, com uma canetada, extingue a Reserva Nacional do Cobre", afirmou a candidata, derrotada à Presidência da República em 2014.

Marina considerou que o decreto é parte de negociações do governo com o Congresso em busca de apoio. Marina lembrou a votação na Câmara dos Deputados que barrou a denúncia por corrupção contra Temer. Para a ex-senadora, o governo se envolve em "negociatas" com a base no Congresso em troca de apoio.

"Antes, se fazia decreto para criar unidade de conservação, terra indígena, para proteger recursos naturais", disse Marina. "Agora estão fazendo decreto para acabar com o que foi feito em governos anteriores", acrescentou.

Na defesa. O governo, por sua vez, tem tentado se defender das críticas sobre o tema. Ontem, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que está havendo uma confusão no caso. "Os fatos estão sendo retratados de forma inverídica", disse Padilha ao **Broadcast Político**.

Segundo ele, a medida assinada por Temer tem como objetivo regularizar uma situação que já acontecia na reserva. "Antes ela era destinada apenas a exploração de cobre, mas clandestinamente exploravam outros minerais, como cobre e ouro, a medida não abre nenhuma área de exploração nova, apenas regulamenta as que hoje já acontecem de forma clandestina", explicou.

Na quinta-feira, após a modelo brasileira Gisele Bündchen criticar o decreto assinado por Temer extinguindo a Renca, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República emitiu uma nota para esclarecer o ato do presidente.

"Como explicita o nome, o que deixou de existir foi uma antiga reserva mineral - e não ambiental. Nenhuma reserva ambiental da Amazônia foi tocada pela medida. A extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) não afeta as Unidades de Conservação Federais existentes na área - todas de proteção integral, onde não é permitido a mineração", alega o governo.

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ha-negociata-para-entregar-amazonia-a-grilagem-diz-marina-silva,70001951472>

Título: Artistas e ambientalistas criticam decreto que extinguiu reserva

Veículo: Jornal Nacional

Autor:

Data: 26/08/2017

Decreto liberou para a mineração a Reserva Nacional de Cobre e Associados.

Área é equivalente ao Espírito Santo.

Artistas e ambientalistas se mobilizaram nas redes sociais contra o decreto que liberou para a mineração uma reserva ambiental do tamanho do estado do Espírito Santo. Especialistas alertam para danos irreparáveis ao meio ambiente na região.

A repercussão foi enorme na internet contra o decreto que liberou para a mineração a Renca - Reserva Nacional de Cobre e Associados. A modelo Gisele Bündchen postou: "Vergonha! Estão leiloando nossa Amazônia". A cantora Ivete Sangalo reagiu: "Quanta notícia difícil de aceitar. Brincando com o nosso patrimônio". As críticas também vieram do apresentador Luciano Huck e do ator Leonardo DiCaprio.

Lideranças indígenas protestaram. "O governo brasileiro tem a obrigação de consultar os povos indígenas antes de tomar suas iniciativas que podem afetar o seu modo de vida, as suas terras tradicionais", declara Jawarawa Waiãpi.

A reserva foi criada em 1984 pelo governo militar como uma estratégia para proteger a região da atividade mineral. Apenas o governo poderia explorar as jazidas, ricas em ouro e outros minérios. Mas esse projeto não avançou e, com o tempo, foram criadas nove zonas de proteção ambiental dentro da reserva.

A reserva fica entre os estados do Amapá e do Pará. São mais de 4 milhões de hectares. A área é equivalente à do estado do Espírito Santo.

Eduardo Pini, dono da única mineradora que extraiu ouro na região antes da criação da reserva, contou que a área é alvo constante de invasões: "Garimpeiros invadiram a área e está parado".

Em nota, o presidente Michel Temer disse que "o deixou de existir foi uma reserva mineral, nenhuma reserva ambiental foi tocada pela medida".

O ministro de Minas e Energia informou que existem mais de mil garimpeiros na região e que, com a extinção da Renca, o governo vai controlar a mineração. "Não foi tocado e não será tocado em nenhuma reserva ambiental. Agora, nós queremos também ter acesso ao conhecimento geológico do país, das nossas riquezas, para que a gente possa saber do nosso potencial", diz Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia.

Ambientais afirmam que sem fiscalização adequada a mineração vai causar grande impacto na região. "Isso com certeza vai ocasionar um aumento de desmatamento na região, além do que a atividade mineral ela é muito poluidora, podendo prejudicar os rios da região", destaca Romulo Batista, especialista em Amazônia do Greenpeace.

"Recentemente, nós fizemos uma pesquisa com a Fiocruz e constatamos a contaminação de água e dos peixes na região da reserva. Contaminação essa por mercúrio, que em contato com a natureza, causa um dano muito grande", declara Michel Santos, coordenador de políticas públicas do WWF Brasil.

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/artistas-e-ambientalistas-criticam-decreto-que-extinguiu-reserva.html>

Título: Mineradoras canadenses souberam de extinção de reserva na Amazônia 5 meses antes do anúncio oficial

Veículo: BBC

Autor: Ricardo Senra

Data: 26/08/2017

Publicado no Diário Oficial da última quinta-feira sem alarde, o decreto que determina a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), na Amazônia, surpreendeu muita gente e ganhou manchetes alarmadas no Brasil e nos principais jornais do mundo.

Não foi o que ocorreu com investidores e empresas de mineração canadenses. Em março, cinco meses antes do anúncio oficial do governo, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, anunciou a empresários do país que a área de preservação amazônica seria extinta, e que sua exploração seria leiloada entre empresas privadas.

O fim da Renca foi apresentado pelo governo Temer durante um evento aberto em Toronto, o Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC), junto a um pacote de medidas de reformulação do setor mineral brasileiro, que inclui a criação de Agência Nacional de Mineração e outras iniciativas para estimular o setor.

Pouco depois do encontro, em abril, o ministério de Minas e Energia publicou no Diário Oficial uma portaria – que passou despercebida pelo público em geral – pavimentando o caminho para o decreto que seria assinado alguns meses depois e disporia sobre títulos minerários dentro da Renca.

Conexão canadense

Segundo a pasta, esta foi a primeira vez em 15 anos em que um ministro de Minas e Energia brasileiro participava do evento, descrito pelo governo brasileiro como uma oportunidade para "abordar o aprimoramento na legislação brasileira e também demonstrar os planos do governo para incentivar o investimento estrangeiro no setor". De outro lado, movimentos sociais, ambientalistas e centros de pesquisa dizem que não haviam sido informados sobre a extinção da Renca até o anúncio da última quinta-feira.

O Canadá é um importante explorador de recursos minerais no Brasil e vem ampliando este interesse desde o início do ano. Hoje, aproximadamente 30 empresas do país já exploram minérios em território brasileiro - especialmente o ouro, que teria atraído garimpeiros à área da Renca nos últimos anos.

Em junho, dois meses antes da extinção oficial da reserva amazônica, a Câmara de Comércio Brasil-Canadá anunciou uma nova Comissão de Mineração, específica para negócios no Brasil, que reúne representantes destas 30 empresas.

À BBC Brasil, o coordenador da comissão canadense defendeu a abertura da área amazônica para pesquisas minerais, disse que a "mineração protege a natureza" e afirmou que "não há uma corrida" para explorar a região da Renca, mas que "acha muito saudável" a disponibilização da região para exploração mineral.

O Ministério de Minas e Energia prometeu responder aos questionamentos enviados pela BBC Brasil durante toda a sexta-feira. No final do dia, entretanto, informou que não daria retorno devido a uma entrevista coletiva de emergência convocada pelo ministro Fernando Coelho Filho.

Na entrevista, o ministro afirmou que a extinção da área de reserva amazônica, com área um pouco maior que a da Dinamarca, não terá impactos ambientais. Segundo Coelho Filho, o início das atividades de exploração na região ainda deve demorar 10 anos.

'Ninguém pode julgar o Canadá'

Coordenador da recém-criada Comissão de Mineração da Câmara de Comércio canadense, o empresário Paulo Misk participou dos seminários realizados em março no Canadá e não vê problemas na divulgação antecipada do fim da reserva.

"A gente tem que fazer um trabalho de divulgação, promoção e atração de investimento de mais médio ou longo prazo", diz.

"Não temos pronto nenhum projeto para ser instalado lá", continua o representante canadense. "Por enquanto estamos no campo das perspectivas, promessas e iniciando o processo. Não é tão rápida a resposta."

Misk afirma que o Canadá é o país que mais investe em pesquisa no mundo e que "os ambientalistas deveriam repensar a nossa posição: a mineração é extremamente benéfica".

Sobre a Renca, ele afirma que a liberação permitirá que "uma grande área seja preservada".

"Se tiver oportunidade de ter uma mineração bem constituída e legalizada (na região da Renca), olha, eu vou ficar muito feliz porque vai ser para o bem do Brasil e para o bem da sociedade brasileira, especialmente no Pará e no Amapá", diz.

Misk também afirma que a ocupação da região por empresas de mineração deve inibir a presença de garimpeiros, cuja atuação irregular na região já resulta em contaminação de rios por mercúrio.

Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), o geólogo Luiz Azevedo também esteve em Toronto e concorda.

"Dizer que o governo está abrindo para o desmatamento é ridículo, é coisa de quem não conhece o assunto", diz.

"Eu não me atrevo a falar sobre música. Fico impressionado como os artistas agora se atrevem a falar sobre mineração e sobre unidades de conservação", diz, citando a modelo Gisele Bündchen, que criticou o anúncio em suas redes sociais.

Sobre o anúncio antecipado da extinção da área de preservação na Amazônia, Azevedo diz que o ministro divulgou que "uma área muito grande que seria liberada para pesquisa mineral".

"Foi dito pelo ministro como parte de um pacote de medidas visando mostrar ao investidor que a ideia da Dilma de estatizante tinha acabado."

"O que eles querem são novas áreas para se pesquisar e novas possibilidades. Ninguém pode julgar o Canadá. Eles têm uma mentalidade mais cosmopolita, 70% da população é de imigrantes, então eles pensam nos outros. É um interesse legítimo", avalia.

'Soubemos pela imprensa'

Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o geógrafo Luiz Jardim pesquisa a relação entre empresas de mineração canadenses e o governo brasileiro.

Ele explica que o evento de março em Toronto, quando o fim da Renca foi anunciado pelo ministro, era formado essencialmente por empresas menores especializadas em pesquisa mineral e investimentos de risco.

"Há um padrão nessas empresas, chamadas 'juniors'. Elas vêm, fazem as pesquisas e, ao longo desse tempo, publicam resultados em relatórios na bolsa de valores em Toronto, indicando o que eles encontraram. Esses relatórios fazem elas ganharem valor de mercado. Achando uma jazida significativa, a empresa pede uma licença ambiental e ganha ainda mais valor. Com a licença em mãos, elas anunciam na Bolsa novamente que estão perto do início do projeto. Num período de baixa no mercado, como agora, elas

costumam vender a operação ou a mina para uma empresa maior interessada e assim fazem seus investidores lucrarem", explica.

Jardim discorda da tese de que grandes mineradoras podem inibir o garimpo ilegal na região.

"A experiência no rio Tapajós, no Pará, mostra o contrário. O garimpeiro está interessado em minas superficiais, a mineradora chega a veios mais profundos. Eles coexistem e a exploração formal pode até incentivar a vinda de mais garimpeiros."

Segundo o engenheiro Bruno Milanez, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e membro do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, que reúne 110 ONGs, sindicatos e movimentos sociais, não houve qualquer comunicado sobre a Renca para pesquisadores da área ou comunidades – diferente do que ocorreu com os empresários.

"Tudo o que acompanhamos foi pela imprensa", diz.

Sobre esta aproximação entre governo e empresários, Milanez afirma que o movimento é "parte de um processo histórico, que vem se aprofundando" no governo Temer.

"Isso é reflexo de uma ocupação maior de pessoas do setor corporativo no governo. Hoje, o primeiro escalão da mineração no governo é formado por pessoas que ocuparam cargos de diretorias em empresas", diz.

"Mas eles estão no governo temporariamente por cargos de confiança, e quando saírem vão voltar a assumir posições em empresas. Eles têm um lado nessa história."

<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41033211>

Título: Canadenses sabiam de extinção de reserva na Amazônia há 5 meses

Veículo: O Globo

Autor:

Data: 26/08/2017

Plano de liberar área foi anunciado por ministro em evento do setor minerador

O decreto do governo extinguindo uma reserva natural na Amazônia publicado na última quarta-feira (23) surpreendeu e gerou revolta de muitos. O assunto, contudo, não era novidade para empresas canadenses: em uma feira de mineração no Canadá no início de março, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, anunciou o plano de liberar a exploração da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca).

Aquela foi a primeira vez em 14 anos que um ministro brasileiro participou da convenção organizada pela Associação Canadense de Exploradores e Mineradores (PDAC, na sigla

em inglês) com participação de empresas locais, segundo comunicado do Ministério de Minas e Energia (MME) divulgado à época.

A extinção da Renca faz parte de um grupo de medidas desenvolvido pelo governo para elevar o ritmo de investimentos do setor de mineração. Na ocasião, o governo listava a liberação da área para exploração como parte do Programa de Revitalização da Indústria Mineral, que previa ações como atividade exploratória em faixas de fronteira, o que é vedado, e na região da Renca.

A extinção da reserva na Amazônia também surpreendeu por ter sido feita por meio de decreto. Na sexta-feira, após a repercussão negativa causada pelo fim da proibição à exploração mineral na Renca, o MME convocou uma entrevista para defender o decreto assinado pelo presidente Michel Temer.

Na entrevista, Coelho Filho disse que a área de 47 mil quilômetros quadrados — maior do que o território da Dinamarca — não é uma reserva ambiental, que as áreas indígenas e de floresta não serão afetadas e que o governo vai fortalecer a fiscalização na região. Ainda de acordo com o ministro, ele afirmou que não vai alterar as áreas de conservação existentes na região.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia explica que nunca se tratou do assunto de maneira sigilosa ou com a intenção de abordar exclusivamente com os canadenses. Segundo a assessoria de imprensa do ministro Fernando Coelho Filho, o assunto sempre foi de conhecimento público e a discussão de extinguir a reserva mineral na Amazônia “é uma discussão aberta”.

<https://oglobo.globo.com/economia/canadenses-sabiam-de-extincao-de-reserva-na-amazonia-ha-5-meses-21751766>

Título: Temer vazou a mineradoras canadenses fim da reserva ambiental na Amazônia

Veículo: Brasil 247

Autor:

Data: 26/08/2017

Michel Temer vazou a mineradoras do Canadá a extinção de uma reserva ambiental, que, na prática, coloca até a Amazônia à venda.

O operador de Temer para esta missão foi Fernando Coelho, filho do senador Fernando Bezerra (PSB-PE), que é um dos políticos mais encrencados na Lava Jato.

A denúncia foi feita pela BBC. Confira abaixo um trecho:

Publicada no Diário Oficial da última quinta-feira sem alarde, o decreto que determina a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), na Amazônia, surpreendeu muita gente e ganhou manchetes alarmadas no Brasil e nos principais jornais do mundo.

Não foi o que ocorreu com investidores e empresas de mineração canadenses. Em março, cinco meses antes do anúncio oficial do governo, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, anunciou a empresários do país que a área de preservação amazônica seria extinta, e que sua exploração seria leiloada entre empresas privadas.

O fim da Renca foi apresentado pelo governo Temer durante um evento aberto em Toronto, o Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC), junto a um pacote de medidas de reformulação do setor mineral brasileiro, que inclui a criação de Agência Nacional de Mineração e outras iniciativas para estimular o setor.

Pouco depois do encontro, em abril, o ministério de Minas e Energia publicou no Diário Oficial uma portaria – que passou despercebida pelo público em geral – pavimentando o caminho para o decreto que seria assinado alguns meses depois e dispoendo sobre títulos minerários dentro da Renca.

<https://www.brasil247.com/pt/247/economia/313937/Temer-vazou-a-mineradoras-canadenses-fim-da-reserva-ambiental-na-Amaz%C3%B4nia.htm>

Título: Ministro defende mineração na Amazônia e diz que reservas ambientais não serão afetadas

Veículo: O Globo

Autor: Manoel Ventura

Data: 25/08/2017

Após a repercussão negativa causada pelo fim da proibição à exploração mineral em uma imensa área na Amazônia, o Ministério de Minas e Energia convocou uma entrevista, nesta sexta-feira, para defender o decreto assinado pelo presidente Michel Temer. O ministro Fernando Coelho Filho disse que a área não é uma reserva ambiental, que as áreas indígenas e de floresta não serão afetadas e que o governo vai fortalecer a fiscalização na região. Além disso, ele afirmou que não vai alterar as áreas de conservação existentes na região.

O governo publicou, na última quarta-feira, um decreto extinguindo a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), uma área de cerca de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá. Com essa decisão, depois de mais de 30 anos fechada à atividade de mineração, a região da Amazônia rica em ouro poderá ser explorada pela iniciativa privada. A reserva foi criada em 1984, ainda durante a ditadura militar. A decisão provocou protesto de ambientalistas e até da modelo Gisele Bündchen.

— A reserva nacional do cobre é uma reserva mineral, nunca foi reserva ambiental. A área tem uma série de reservas ambientais e indígenas. Elas continuam sendo reservas ambientais e indígenas, com legislação própria. Esse decreto não tem poder para se sobrepor a uma lei. Não se fez uma liberação para atividade na área irrestrita. Não é isso que estão acontecendo. Apesar de ser uma reserva, é uma reserva mineral e não ambiental — disse o ministro de Minas e Energia.

No decreto, o governo destaca que a extinção da Renca “não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira”. Apesar de ter cobre no nome, a reserva é rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais. Não há informações sobre o tamanho dos depósitos.

O MME explicou que não há no primeiro momento hipótese de extração de grande porte nessa área. O ministro Fernando Coelho Filho afirmou que a área da Renca é hoje explorada ilegalmente. Segundo ele, com a extinção dessa reserva, será possível à pasta fiscalizar a região.

— Nós temos informações de consultorias de que dentro da área existem aproximadamente 28 pistas de pouso clandestinas, e mais de mil pessoas praticando extração ilegal. Nós temos agora um desafio de fiscalizar. Bem ou mal, todas as áreas com exploração, tem fiscalização. Vamos ter via MME um maior acesso dos nossos pesquisadores e fiscalização — disse Coelho Filho, justificando que o Ministério de Minas e Energia não podia atuar na área por conta da área.

A reserva do cobre foi criada por meio de um decreto assinado pelo presidente militar João Figueiredo, que impediu a exploração mineral na mata. A área fechada tem o tamanho equivalente ao do estado do Espírito Santo, ou oito vezes a dimensão do Distrito Federal. O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, grandes jazidas de cobre na região. Essa intenção, no entanto, não saiu do papel.

Sem mineração, a área reúne florestas protegidas e terras indígenas. Por isso, a liberação da região para as mineradoras preocupa ambientalistas.

A extinção da área provocou reação de ambientalistas. A modelo Gisele Bündchen disse que “estão leiloando nossa Amazônia”. Após a repercussão, o governo desencadeou uma estratégia para rebater as críticas ao decreto.

Nesta quinta-feira, o Palácio do Planalto divulgou nota no qual afirma que “não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns”.

<https://oglobo.globo.com/economia/ministro-defende-mineracao-na-amazonia-diz-que-reservas-ambientais-nao-serao-afetadas-21749904>

Título: Ministro diz que não vai mexer em unidades de conservação da Amazônia

Veículo: O Estado de S. Paulo

Autor: André Borges

Data: 25/08/2017

Diante da repercussão negativa após a publicação do decreto federal que abriu espaço para explorar projetos de mineração em uma área enorme da Amazônia entre o Pará e o Amapá, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, convocou uma coletiva de

imprensa às pressas em Brasília, no fim da tarde desta sexta-feira, 25, para defender a iniciativa e “esclarecer dúvidas”.

Coelho Filho se comprometeu em não alterar o tamanho das unidades de conservação que fazem parte da Reserva Nacional de Cobre e Associadas (Renca) e disse que o governo cumprirá a legislação ambiental, de não liberar projetos dentro dessas áreas. O tema ganhou forte repercussão após a modelo brasileira Gisele Bündchen criticar o decreto assinado na quarta-feira, 23, pelo presidente Michel Temer, que abriu espaço para explorar mineração em algumas áreas da reserva, uma área do tamanho do Estado do Espírito Santo.

A redução de unidades de conservação tem sido um expediente recorrente no governo, com a finalidade de liberar áreas antes protegidas para operações de mineração. A estratégia é simples: como essas unidades de conservação não podem ter atividades minerais, o governo reduz o território dessas unidades por meio de projetos de lei ou medidas provisórias, autorizando atividades onde antes era proibido. Segundo Coelho Filho, “isso não está em discussão”.

“Está tendo algum desencontro de comunicação”, disse o ministro, lendo trechos do decreto que foi publicado. “A reserva sempre foi mineral. Nunca foi reserva ambiental. Essas reservas continuam sendo reservas ambientais, sejam estaduais ou federais.”

O ministro do MME disse que informações de consultorias e organismos não governamentais apontaram que existem hoje 28 pistas de pousos clandestinos na região e aproximadamente mil pessoas praticando garimpo ilegal. Segundo Coelho Filho, porém, não cabe ao MME o papel de fiscalização dessas atividades. O que o decreto vai exigir, disse, é que explorações minerais na região terão de se submeter à legislação ambiental.

A área de 47 mil quilômetros quadrados em plena floresta amazônica, é alvo de projetos para extração de ouro e outros minerais nobres. Criada por meio de um decreto publicado em 24 de fevereiro de 1984, a reserva tinha o propósito inicial de explorar grandes jazidas de cobre incrustadas na região, mineral extremamente valorizado à época por conta das atividades do setor elétrico. Essa exploração, porém, nunca ocorreu. Nos últimos 33 anos, porém, foram criadas sete florestas protegidas e duas terras indígenas na região, cobrindo praticamente 80% de toda a área.

A área engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d’Este. De todas essas unidades e terras indígenas, apenas uma pequena parcela da Floresta Estadual Paru prevê atividades de mineração. Nas demais áreas, a exploração é 100% proibida, seja conta da relevância ambiental da unidade ou por falta de um plano de manejo florestal.

Há mais de 550 requerimentos de pesquisa na região feitos após a criação da Renca, os quais serão cancelados. Outros 170 títulos requeridos ou outorgados antes da criação da reserva permanecerão em vigor.

Segundo Coelho Filho, a exploração mineral será analisada e não ocorrerá imediatamente. “Esses projetos no Brasil levam, em média, dez anos para começar. Na Austrália, são quatro anos. Queremos reduzir esse prazo.”

A modelo Gisele Bündchen usou as redes sociais nesta quinta para criticar a medida. "Vergonha! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados", disse Gisele no Twitter. Depois de grande repercussão da postagem, a modelo fez uma nova publicação convocando os brasileiros a "dizerem não ao abrandamento da proteção da Amazônia, seja por decreto, medida provisória, projeto de lei ou o que for."

<http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-diz-que-nao-vai-mexer-em-unidades-de-conservacao-da-amazonia,70001950791>

Título: Ministro afirma que extinção de reserva objetiva coibir atividade ilegal na área

Veículo: Época Negócios

Autor:

Data: 25/08/2017

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou hoje (25) que a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), por meio de decreto publicado na última quarta-feira (22), objetiva promover o combate a atividades ilegais na área.

Em entrevista coletiva realizada na noite desta sexta-feira, ele disse que o ministério tem conhecimento de 28 pistas de pousos clandestinas e que há mais de mil pessoas praticando atividade de garimpo ilegal.

Com a extinção da reserva, Coelho espera maior acesso de pesquisadores e autoridades na área, além da atividade de empresas que virão a ser autorizadas, o que poderá ampliar a proteção. “Agora, vamos ter possibilidade de acompanhar mais de perto”, afirmou. O ministro não detalhou qual estrutura será direcionada para ações de fiscalização no local.

Questionado sobre a garantia da proteção ambiental na área de 46,45 mil quilômetros quadrados (km²) espalhados pelos estados do Pará e do Amapá, em plena Amazônia, o ministro diferenciou a reserva mineral, que era protegida pelo decreto de 1984 que criou a Renca, das áreas protegidas que existem no território. Atualmente, na reserva estão presentes sete unidades de conservação – três de proteção integral (Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Reserva Biológica de Maicuru); quatro de uso sustentável (Reserva Extrativista Rio Cajari, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Floresta Estadual do Amapá e Floresta Estadual do Paru) e duas terras indígenas (Rio Paru d’Este e Waiãpi).

“Essas reservas continuam sendo reservas, sejam elas ambientais ou indígenas”, afirmou. Coelho leu o decreto que foi publicado na última quarta-feira (22), enfatizando o artigo que fixou o não afastamento da aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa

de fronteira. O decreto não se sobrepõe às leis. Dessas áreas, duas foram criadas por leis estaduais: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Sio Iratapuru e a Floresta Estadual do Amapá.

O decreto também não pode afetar as terras indígenas. No caso destas, a exploração de recursos depende de aprovação do Congresso Nacional, que, por lei, deverá ouvir as comunidades tradicionais do local afetado. “As reservas ambientais permanecem intocadas, as reservas indígenas permanecem intocadas”, disse Coelho. “Qualquer área, dentro ou fora da Renca, está sujeita à legislação ambiental no país”, acrescentou.

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo, disse que a extinção da reserva viabilizará a realização de pesquisas, “para que o Brasil possa saber, de fato, o que existe de riqueza mineral nessa área”. Lôbo afastou a possibilidade de uma intensa atividade de mineração em curto prazo, afirmando que, para cada mil processos que são requisitados junto aos órgãos competentes, em apenas um se chega à conclusão de lavra”. Isso porque “a etapa de pesquisa tem que ser muito bem fundamentada para se viabilizar economicamente”, explicou.

Repercussão

A extinção da Renca causou repercussão negativa nas redes sociais, na imprensa internacional e nas organizações indigenistas e ambientalistas. A organização não governamental (ONG) WWF-Brasil alertou sobre “o risco de um potencial conflito entre os interesses do setor mineral e a conservação das áreas protegidas”.

No Congresso Nacional, também houve repercussão: o PSDB protocolou, na Presidência da República, um pedido de revogação do Decreto 9.142. Ontem (24), o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), protocolou na Mesa Diretora do Senado um projeto que visa a anular o decreto presidencial que extinguiu a reserva nacional. O projeto precisa ser aprovado pelo Senado e pela Câmara para surtir efeito.

O Palácio do Planalto também havia manifestado ontem (24) preocupação com o combate às ilegalidades. “A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d’água com mercúrio”, diz nota divulgada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/08/ministro-afirma-que-extincao-de-reserva-objetiva-coibir-atividade-ilegal-na-area.html>

Título: Planalto alega que região é alvo de degradação com garimpo clandestino.

Veículo: Folha de S. Paulo

Autor: Leticia Fernandes

Data: 25/08/2017

Após a repercussão negativa do decreto que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), publicado na quarta-feira no Diário Oficial, o governo divulgou nota ontem afirmando que a decisão não acarreta prejuízos a nenhuma reserva ambiental da Amazônia. Segundo o comunicado, a reserva "não é um paraíso" A justificativa oficial é que, no local, há exploração clandestina de ouro, o que degrada a região.

"A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d'água com mercúrio, diz a nota.

CRÍTICAS DE GISELE BÜNDCHEN

As críticas à decisão do governo dominaram as redes sociais ontem. A modelo Gisele Bündchen se manifestou pelo Twitter, de maneira veemente: "VERGONHA! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados"! escreveu a top model.

Houve reações negativas da oposição e do PSDB, que integra o governo. O líder tucano na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), anunciou que apresentará hoje, à Casa Civil, uma solicitação para que sejam sustados os efeitos do decreto. "É fundamental aprofundar o debate sobre os riscos que essa medida pode causar, e não apenas considerar o efeito econômico", afirmou Tripoli em nota.

O parlamentar acrescentou que vai solicitar que a Câmara dos Deputados realize uma audiência pública com todos os envolvidos, desde os ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia e até mesmo o Ministério da Justiça — isso porque áreas indígenas demarcadas na região também podem sofrer com a extinção da Renca, por exemplo. Ele alertou que, ao desbloquear essa área, de cerca de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá, abre-se um precedente para que outros locais sejam explorados de maneira predatória e inconsequente.

O decreto editado pelo governo do presidente Michel Temer estabelece que a região está liberada para extração de ouro e outros minerais nobres. O Ministério de Minas e Energia afirma que áreas protegidas da floresta e reservas indígenas não serão afetadas.

A área em questão é maior que a Dinamarca e tem o tamanho equivalente ao do Estado do Espírito Santo.

Segundo a nota divulgada ontem, a reserva que deixou de existir era mineral, não ambiental. O texto também argumenta que não será permitida a atividade mineradora nas unidades de conservação que existem no local, "todas de proteção integral", de acordo com o governo.

"EXIGÊNCIAS RIGOROSAS"

O documento ressalta que não só não haverá danos às áreas preservadas, como o novo decreto vai "coibir essa exploração ilegal, recolocando sob controle do Estado a administração racional e organizada de jazidas minerais importantes, que demandam pesquisas e exploração com alta tecnologia"

O governo argumenta, ainda, que qualquer empreendimento que possa atingir as áreas de conservação estaduais no Amapá e no Pará terá de cumprir "exigências federais rigorosas para licenciamento específico, que prevê ampla proteção socioambiental"

"O compromisso do governo é com o soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia, sempre conjugando preservação ambiental com geração de renda e emprego para as populações locais" afirmou o governo.

A Renca é uma área rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês. Para especialistas em mineração e legislação, há incerteza sobre a liberação da reserva para exploração que podem levar a disputas judiciais. Já ambientalistas avaliam que a corrida pela exploração de ouro pode gerar conflitos e degradação.

Opinião

Área perigosa

A CRISE fiscal leva o governo à busca de dinheiro. Por isso, com acerto, patrocina reformas e amplia o leque de privatizações.

A ABERTURA de uma reserva na Amazônia à mineração está neste mesmo contexto. Atrairá investimentos e criará nova fonte de impostos.

MAS É preciso tomar extremo cuidado com o meio ambiente, devido às características da região e da própria atividade que se quer incentivar, conhecida pelos seus efeitos colaterais em rios, florestas etc.

Título: Reserva extinta por Temer tem áreas contaminadas por mercúrio

Veículo: Folha de S. Paulo

Autor: PHILLIPPE WATANABE

Data: 25/08/2017

Pesquisadores encontraram, em uma região que fazia parte da Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados), peixes contaminados por mercúrio.

Na quarta (23), foi publicado um decreto do presidente Michel Temer revogando o status de Reserva Nacional da Renca, reserva mineral criada em 1984 para evitar a perda de recursos estratégicos.

Os dados –obtidos com exclusividade pela Folha e fruto de pesquisa do WWFBrazil e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)– apontam que, no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e na Flona (Floresta Nacional) do Amapá,

que não fazia parte da Renca, em 81% dos espécimes investigados há contaminação por mercúrio.

A substância é um metal pesado utilizado no processo de extração do ouro. Paulo Cesar Basta, médico da Fiocruz, diz que não há níveis seguros de exposição à substância. Foram analisados 187 peixes, coletados em 33 locais. Destes, 151 apresentavam contaminação por mercúrio.

Segundo Marcelo Oliveira, do WWF-Brasil, oito espécies foram investigadas: piranha-preta, trairão, piranha-amarela, mandubé, pintado, pirarara, cachorra e pirapucu. Cinco espécies tinham mais de 50% dos indivíduos com níveis de mercúrio superiores a 0,5 mg/kg –limite de tolerabilidade da OMS (Organização Mundial da Saúde) para consumo humano.

As cinco espécies encontradas com níveis de mercúrio acima do indicado pela OMS são piranha-preta, trairão, pintado, cachorra e pirapucu.

"São espécies consumidas pela população da região e obtivemos esses números alarmantes. É um problema de saúde pública", diz Oliveira. "Se começar a juntar os pontos, você vê que o cenário é bastante preocupante."

Paulo Basta afirma que "o mercúrio é um metal pesado com fácil difusão no corpo e que altera o metabolismo celular. O sistema nervoso central, principalmente, é vulnerável à substância".

Oliveira e Basta, na segunda etapa do projeto, estudam a saúde das populações dos arredores. Serão investigadas outras nove áreas –entre elas, florestas nacionais e parques nacionais– e quatro terras indígenas. Oliveira diz que, durante a nova etapa, já foram encontrados indígenas com sintomas de contaminação.

Após a extinção da Renca, ambientalistas demonstraram preocupação com uma possível corrida pela ouro na região e com a pressão sobre terras indígenas e áreas de preservação. A questão de saúde pública e contaminação da cadeia alimentar também deve receber atenção, segundo o pesquisador da WWF. "Se aumentar a permissividade para esse tipo de atividade [mineração] na Renca, o panorama para contaminação é de piora", afirma o cientista da WWF, segundo o qual, mesmo em áreas legais de garimpo, há altas taxas de contaminação ambiental e de problemas de saúde.

A modelo Gisele Bündchen se manifestou em rede social sobre o assunto. "Estão leiloando nossa Amazônia!", disse.

GOVERNO

A assessoria da Presidência da República, em nota, disse que a extinção da Renca não afeta as áreas de proteção integral presentes na região e que qualquer empreendimento futuro " terá de cumprir exigências federais

DESTAQUES DOS PRINCIPAIS JORNAIS 25 de agosto de 2017

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia 27

rigorosas para licenciamento específico, que prevê ampla proteção socioambiental, como já mencionado no decreto".

"A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, [...] territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas [...], destrói a natureza e polui os cursos d'água com mercúrio", continua a nota, que termina dizendo que o "compromisso do governo é com soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia". -

Raio-X – Renca

Nome

Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca)

Área

46.450 km², entre o Amapá e o Pará

Ano de criação

1984

Composição

Áreas de proteção integral: Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Reserva Biológica de Maicuru Áreas de uso sustentável dos recursos: Reserva Extrativista Rio Cajari, Floresta Estadual do Paru, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e Floresta Estadual do Amapá

Terras Indígenas: Rio Paru D'este e Waiãpi

Objetivo

Segundo o Ministério de Minas e Energia, evitar o desabastecimento de recursos minerais estratégicos para o país, como ouro, platina, cobre, ferro, manganês e níquel

Risco

Pressão sobre terras indígenas e Unidades de Conservação; nova corrida pelo ouro; desmatamento e ameaça à biodiversidade

Exploração

Era bloqueada para investidores privados e não ocorreram parcerias com o governo devido ao alto custo operacional

Novidade

O decreto 9.142/2017 retira o status de reserva nacional de algumas áreas da antiga Renca; cerca de 30% do total poderá ser explorado.

Mineração

O setor corresponde a 4% do PIB brasileiro e a produção em 2016 foi de US\$ 25 bilhões

Título: Extinção de área é vista com reserva

Veículo: Correio Braziliense

Autor:

Data: 25/08/2017

A decisão do governo de acabar com a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada nos estados do Pará e do Amapá, para que ela seja explorada pela mineração, causou reação entre políticos, celebridades e ambientalistas. Menos de 24 horas depois da abertura da região no coração da Amazônia, o Ministério Público Federal no Amapá (MPF) abriu processo para apurar a extinção, deputados e senadores tomaram iniciativas para derrubar o decreto e celebridades movimentaram as redes sociais.

A reserva extinta pelo decreto 9.142/17 tem 46.450km² — equivalente ao tamanho do Espírito Santo — e engloba nove áreas protegidas, entre elas, parques, reservas extrativistas, reservas biológicas e terras indígenas. Além de cobre, a região tem áreas para exploração de outros minerais, como ouro, ferro, manganês e tântalo. Criada em 1984 pelos militares, a ideia era que as jazidas fossem exploradas por uma estatal, mas não prosperou. Agora, segundo o decreto, empresas privadas podem fazer pesquisas minerais para trabalhar na parte do território que não estiver em área de proteção ambiental, pouco mais de 20%.

“É um ato que preocupa. A decisão pode aumentar as tentativas de redução das terras protegidas, os conflitos com os índios e a fragilidade da conservação. É um precedente muito perigoso”, comenta o secretário executivo da Câmara de Meio Ambiente do MPF, Daniel Azeredo. O procurador explica que um procedimento para apurar a extinção foi aberto no MPF do Amapá e outras medidas são estudadas para medir os efeitos da mudança. “Hoje, não temos um modelo de sucesso no Brasil que permita uma atividade de mineração tão forte aliada à proteção das florestas, ainda mais em um ecossistema tão frágil quanto o Amazônico.”

Para o coordenador de políticas públicas da WWF-Brasil, Michel Santos, o fato de a abertura ter sido feita por meio de um decreto, sem um processo de diálogo, coloca em risco o cumprimento de acordos internacionais sobre o clima e a biodiversidade firmados pelo Brasil. “Quando se abre uma área dessas, visando grandes corporações, você leva junto aventureiros ilegais como grileiros e garimpeiros. Conhecendo o histórico do país, isso vai estimular a pressão nas áreas protegidas e na flexibilização das leis ambientais”, acredita Santos.

Congresso

A extinção da reserva também movimentou o Congresso. Senador pelo Amapá, Randolfe Rodrigues (Rede) protocolou um Projeto de Decreto Legislativo para suspender os efeitos da lei. No documento, Randolfe destaca que a decisão coloca em risco áreas protegidas e invade a competência do Parlamento de legislar sobre terras indígenas. “Está se tratando da maior agressão da história contra a Floresta Amazônica. Nem a ditadura ousou tanto”, comenta. Além disso, o senador entrará com ações populares na Justiça Federal.

Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) entrará com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), e o líder do PSDB na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), apresenta hoje à Casa Civil da Presidência da República uma solicitação para que sejam sustados os efeitos do decreto. “É fundamental aprofundar o debate sobre os riscos que essa medida pode causar e não apenas considerar o efeito econômico. Ao desbloquear essa área, abre-se precedente para que outros locais sejam explorados de maneira predatória e inconsequente”, alerta Tripoli.

“Não é paraíso”

Diante da repercussão negativa, que incluiu até um tuíte da mais importante modelo brasileira, Gisele Bündchen (veja ao lado), o governo lançou nota para defender a decisão. O texto, separado por pontos, afirma que nenhuma reserva ambiental da Amazônia foi tocada pela medida e que qualquer empreendimento terá de cumprir as exigências federais para licenciamento específico. “A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d’água com mercúrio”, destaca a mensagem.

Por meio de comunicado no site, o Ministério de Minas e Energia explica que a permissão para o desenvolvimento de pesquisa e lavra mineral se aplica apenas às áreas onde não haja restrições de outra natureza. “O objetivo da medida é atrair novos investimentos, com geração de riquezas para o país e de emprego e renda para a sociedade, além da ampliação da oferta de bens minerais, com base sempre nos preceitos da sustentabilidade. Acredita-se ainda que a medida poderá auxiliar no combate aos garimpos ilegais instalados na região.”

Já o Ministério do Meio Ambiente ressaltou, por meio da assessoria de imprensa, que a extinção da Renca não afeta as unidades de conservação federais existentes na área,

“pois estas são de domínio público, onde não se permite o desenvolvimento de atividade de mineração”. “Ademais, qualquer empreendimento que possa impactar as unidades de conservação é passível de procedimento de licenciamento específico, o que garante a manutenção dos atributos socioambientais das áreas protegidas.”

Título: Reserva do barulho

Veículo: Correio Braziliense

Autor: Luiz Carlos Azedo

Data: 25/08/2017

Nas entrelinhas

O líder do PSDB na Câmara, deputado Ricardo Trípoli (SP), anunciou que apresentará à Casa Civil da Presidência da República uma solicitação para que sejam sustados os efeitos do Decreto nº 9.142, divulgado ontem, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), liberando para exploração mineral área localizada entre o Pará e o Amapá. Para Trípoli, além do evidente risco ambiental, a medida foi tomada sem uma discussão adequada, não tendo recebido o aval de importantes setores relacionados ao tema. Por trás do pedido, também há uma reação dos militares contra a medida, que foi tomada sem muita discussão dentro do governo.

Trípoli quer debater os riscos da medida com todos os atores envolvidos, inclusive os ministérios do Meio Ambiente, Minas e Energia e da Justiça. Há áreas indígenas demarcadas na região que podem sofrer com a extinção da Renca. “Ao desbloquear essa área, de 47 mil km², abre-se precedente para que outros locais sejam explorados de maneira predatória e inconsequente”, argumenta o tucano. A área estava protegida desde o governo do presidente João Figueiredo. Depois do Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” e da Cúpula da Terra no Rio, que inaugurou as negociações globais para o Acordo do Clima, analistas veem a decisão com um retrocesso inexplicável, um surto a la Trump, que não tem nada a ver a como a política ambiental e os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

A medida faz parte de um programa de privatizações lançado pelo governo sem muito planejamento nem regras claras, com propósito de sinalizar para o mercado o avanço de uma reforma liberal da economia, que ainda requer modelagem consistente para não cair no vazio e encalhar em intermináveis batalhas judiciais, além de dar munição para a oposição petista. A extinção da Reserva Nacional do Cobre (Renca) vem sendo planejada desde março, quando o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, indeferiu os títulos protocolizados desde 1984 pleiteando ocupação de áreas dentro da reserva, mas manteve os requerimentos minerários (autorizações de pesquisa, concessões de lavra, permissões de lavra garimpeira e registros de licença) anteriores à criação da reserva.

Com isso, o governo pretende intensificar a exploração mineral numa área de pré-cambriano da Amazônia, considerada de grande potencial, utilizando técnicas modernas de pesquisa geológica. Esse período se estende da formação da Terra, há cerca de 4,6 bilhões de anos, até ao início do Período Cambriano, cerca de 440 milhões de anos atrás, quando os animais de carapaça dura apareceram pela primeira vez em abundância.

Representam 88% do tempo geológico, nos quais apareceram os fósseis, os oceanos, a Lua, muitos minerais, a oxigenação, a formação de algumas vidas multicelulares e as placas tectônicas.

Cobiça

O maior defensor da reserva foi o almirante Gama e Silva, que liderou os estudos na área. Em 1969, após a descoberta de Carajás, o geólogo Décio Meyer descobriu o complexo alcalino-ultramáfico do Maracá, o que deu início a outras expedições de pesquisa entre os rios Jarí e Paru. Em 1981, a British Petroleum (BP) requereu direitos de exploração de cobre na região. Chefe do Grupo Executivo do Baixo Amazonas, Gama e Silva temia que Daniel Ludwig, do Projeto Jarí, dono de ações BP, pretendesse dominar e internacionalizar a região. Conseguiu, porém, que o Conselho de Segurança Nacional vetasse a concessão dos alvarás da BP.

Hoje, as unidades de conservação e terras indígenas ocupam 80% da área, o que libera apenas 20% para exploração mineral. Há unidades federais (três) e estaduais (quatro) na área, mas o que impediu a pesquisa geológica na região foi a inércia do governo federal, que praticamente abandonou os estudos. Sabese, porém, que há na área enormes reservas de ferro, manganês, nióbio, níquel, cobre, ouro e petróleo. O assunto mais polêmico é o nióbio, que já chegou a ser relacionado até com o mensalão, após o empresário Marcos Valério afirmar na CPI dos Correios, em 2005, que o Banco Rural havia conversado com o exministro José Dirceu sobre a exploração de uma mina na Amazônia.

Em 2010, um documento secreto do Departamento de Estado americano, vazado pelo site WikiLeaks, incluiu as minas brasileiras de nióbio na lista de locais cujos recursos e infraestrutura são considerados estratégicos e imprescindíveis aos EUA. A venda bilionária de uma fatia da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior produtora mundial de nióbio, para companhias asiáticas, supostamente estaria por trás da extinção da reserva. Em 2011, um grupo de empresas chinesas, japonesas e sul-coreanas fechou a compra de 30% do capital da mineradora com sede em Araxá (MG) por US\$ 4 bilhões. O fato é que 98% das reservas conhecidas no mundo estão no Brasil.

O país responde atualmente por mais de 90% do volume do metal comercializado no planeta, seguido pelo Canadá e Austrália. No país, as reservas são da ordem de 842 milhões de toneladas e as maiores jazidas conhecidas se encontram nos estados de Minas Gerais (75% do total), Amazonas (21%) e em Goiás (3%).

Título: Após críticas, Planalto justifica extinção de reserva na Amazônia

Veículo: Valor Econômico

Autor: Bruno Peres

Data: 24/08/2017

Palácio do Planalto informou, nesta quinta-feira (24), que a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) não afeta as unidades de conservação federais existentes

na área -- todas de proteção integral, onde não é permitida a mineração. A área, com 47 mil quilômetros quadrados, fica em uma região entre os Estados do Pará e do Amapá.

"O compromisso do presidente Michel Temer é com o 'soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia', sempre conjugando preservação ambiental com geração de renda e emprego para as populações locais", segundo o Palácio do Planalto. "Como explicita o nome, o que deixou de existir foi uma antiga reserva mineral -- e não ambiental. Nenhuma reserva ambiental da Amazônia foi tocada pela medida", afirma, ainda, a assessoria da Presidência.

A manifestação do presidente Michel Temer é uma reação à repercussão negativa à liberação de área para exploração mineral na Amazônia, com mobilização em redes sociais, inclusive com participação de artistas e personalidades como a modelo Gisele Bündchen, com quem o presidente chegou a interagir em ambiente virtual ao anunciar, em junho deste ano, veto à lei que reduziria áreas de proteção ambiental no país.

"Qualquer empreendimento futuro que possa vir a impactar áreas de conservação estaduais do Amapá e Pará -- essas, sim, sujeitas a manejo -- terá de cumprir exigências federais rigorosas para licenciamento específico, que prevê ampla proteção socioambiental, como já mencionado no decreto", afirmou o Palácio do Planalto em nota.

A assessoria da Presidência afirmou também, por nota, que a reserva não é um "paraíso", como querem fazer parecer erroneamente, segundo a nota. "Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d'água com mercúrio", segundo a nota.

Ainda de acordo com o Palácio do Planalto, a nova legislação permite coibir a exploração ilegal, recolocando sob controle do Estado a administração racional e organizada de jazidas minerais importantes, que demandam pesquisas e exploração com alta tecnologia.

<http://www.valor.com.br/politica/5093924/apos-criticas-planalto-justifica-extincao-de-reserva-na-amazonia>

Título: Temer libera área do tamanho da Suíça para exploração mineral na Amazônia

Veículo: Valor Econômico

Autor: Daniel Rittner

Data: 24/08/2017

Com um mês de atraso em relação ao esperado, o presidente Michel Temer aprovou ontem a abertura de um território de 47 mil quilômetros quadrados para exploração mineral entre o norte do Pará e o sul do Amapá. A liberação da área pode acirrar conflitos entre a atividade minerária, a conservação da biodiversidade e os direitos indígenas numa região de tamanho superior à de toda a Suíça, advertem ambientalistas.

A Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) foi criada em 1984, nos suspiros finais da ditadura militar, como tentativa de manter sob controle do Estado a exploração do minério. Os planos de desenvolver jazidas ali não prosperaram e agora um decreto presidencial liberou essa província mineral para investidores privados. A ideia do governo é atrair interessados em metais como ouro, zinco, fosfato, terras raras e o próprio cobre.

As mineradoras aguardam a extinção da Renca, que impedia o desenvolvimento de projetos privados, na cerimônia marcada no Palácio do Planalto para o anúncio do pacote de medidas do setor. Temer assinou três medidas provisórias na solenidade, que ocorreu em 24 de julho, mas surpreendeu as empresas ao deixar de fora a liberação da área na região amazônica. O decreto só foi publicado na edição de hoje do "Diário Oficial da União".

Estudo feito pelo WWF-Brasil, no entanto, indica que a busca por acelerar investimentos na região pode ensejar uma floresta de novos conflitos. O levantamento identifica nove áreas protegidas dentro do perímetro da antiga Renca: há três unidades de conservação de proteção integral (destinadas exclusivamente à preservação dos recursos naturais), quatro unidades de conservação de uso sustentável (que podem ser exploradas mediante um plano de manejo apontando claramente quais as atividades permitidas) e duas terras indígenas (onde a proibição é total).

Apesar do apelo econômico, o desenvolvimento da atividade minerária pode trazer impactos indesejáveis para áreas protegidas dentro da antiga Renca, como explosão demográfica, desmatamento, comprometimento dos recursos hídricos, perda de biodiversidade e conflitos fundiários, de acordo com o WWF.

Segundo o texto do decreto presidencial, assinado também pelos ministros Sérgio Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), a liberação da área "não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira".

<http://www.valor.com.br/brasil/5092636/temer-libera-area-do-tamanho-da-suica-para-exploracao-mineral-na-amazonia>

Título: Governo extingue Reserva Nacional do Cobre e Associados

Veículo: Agência Brasil

Autor: Helena Martins

Data: 23/08/2017

O presidente Michel Temer extinguiu hoje (23) a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), criada em 1984 pelo governo de João Figueiredo, último presidente do período militar. Então, foi definida a proteção da área de 47 mil quilômetros quadrados (km²), incrustada em uma região entre os estados do Pará e do Amapá.

Desde então, pesquisa mineral e atividade econômica na área passaram a ser de responsabilidade da Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CPRM – Serviço Geológico Brasileiro) ou de empresas autorizadas pela companhia. Além de cobre, estudos geológicos apontam a ocorrência de ouro, manganês, ferro e outros minérios na área. O decreto extinguindo a reserva já foi publicado no Diário Oficial da União,

Para o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Victor Hugo Froner Bicca, a extinção da Renca “tem um simbolismo muito grande, porque demonstra de forma inequívoca que o governo federal está dando atenção à mineração”. Referindo-se à Renca como “última fronteira de potencial geológico ainda considerável disponível no mundo, até onde o conhecimento alcança”, Bicca comemorou a abertura para a realização de estudos que possam diagnosticar o que existe na área e qual o potencial de realização da atividade extrativista. “É um dia histórico para o setor”, afirmou.

O decreto que extinguiu a área não afastou a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira. Atualmente, na reserva estão presentes sete unidades de conservação, sendo três de proteção integral (Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Reserva Biológica de Maicuru); quatro de uso sustentável (Reserva Extrativista Rio Cajari, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Floresta Estadual do Amapá e Floresta Estadual do Paru) e duas terras indígenas (Rio Paru d’Este e Waiãpi).

Diante de tal cenário, a abertura da área para a atividade mineral em boa parte da Renca deve encontrar obstáculos legais. No caso das terras indígenas, a exploração de recursos depende de aprovação do Congresso Nacional, que, por lei, deverá ouvir as comunidades tradicionais do local afetado. Já o Sistema Nacional de Unidades de Conservação restringe qualquer atividade de mineração em unidades classificadas como de proteção integral e condiciona a realização de atividades desse tipo em unidades de uso sustentável a um plano de manejo. Das áreas existentes na reserva, apenas no caso de parte da Floresta Estadual do Paru há previsão de lavra de recursos minerais.

Questionado sobre os possíveis conflitos, Victor Bicca disse que há frações desse território onde é possível compatibilizar interesses. Ele acrescentou que, em outros casos, é preciso avaliar “o interesse nacional, o interesse público preponderante”. Caso não prepondere a perspectiva da conservação, ele aponta saídas que podem ser buscadas, como a oferta de compensações em outras áreas. “É preciso estabelecer esse contraditório em alto nível, para que se alcance o interesse maior da União.”

Órgãos voltados para a proteção ambiental, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) poderão ser chamados para tratar sobre o tema.

O interesse do governo em extinguir a área havia sido exposto oficialmente em março deste ano, por meio da Portaria N° 128 do Ministério de Minas e Energia. Na justificativa da proposta, o ministério considerou “a importância de se criarem mecanismos para

viabilizar a atração de novos investimentos para o setor mineral”, por entender que “a quebra da proteção viabilizará o acesso ao potencial mineral existente na Região e estimulará o desenvolvimento econômico dos Estados envolvidos”. O instrumento definiu que serão indeferidos os requerimentos minerários (autorizações de pesquisa, concessões de lavra, permissões de lavra garimpeira ou registros de licença) feitos durante a vigência do decreto que protegeu a área.

Por outro lado, os que estão pendentes de decisão e foram protocolados antes da criação da reserva serão analisados. “Vamos exigir dos requerentes uma atualização dos planos de pesquisa, comprovação de que estão em condições de executar aquilo que estão se propondo”, informou Victor Bicca. Ele acrescentou que novos requerimentos poderão ser apresentados para determinados trechos.

Segundo estudo técnico da organização WWF Brasil, 160 requerimentos estão nessa situação e, portanto, deverão ser verificados. Não obstante, a WWF antecipa que 142 requerimentos apresentam o termo “processo situado em área bloqueada”. Essa situação e a legislação ambiental brasileira fazem com que menos de 30% da reserva esteja acessível à exploração dos recursos minerais. “As regiões que apresentam contexto geológico favorável à mineração estão inseridas em áreas protegidas que bloqueiam a extração de recursos minerais”, diz o estudo, que antecipa “o risco de um potencial conflito entre os interesses do setor mineral e a conservação das áreas protegidas com interferência na Renca”.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/governo-extingue-reserva-nacional-do-cobre-e-associados>

Título: Temer extingue reserva e libera mineração próxima a tribos e área ecológica

Veículo: UOL

Autor:

Data: 23/08/2017

O governo brasileiro extinguiu a Renca (Reserva Nacional de Cobre e Associados), localizada nos Estados do Pará e Amapá, com o objetivo de atrair investimentos para o setor de mineração. Um decreto do presidente Michel Temer sobre a extinção da reserva foi publicado no Diário Oficial da União nesta quarta (23) e abre o espaço para exploração privada.

Trata-se de uma área com quase 4 milhões de hectares -- o equivalente ao tamanho do Espírito Santo --, que fica na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará. A área rica em ouro e outros minérios tem grandes reservas naturais e terras indígenas.

A reserva foi criada em 1984, ainda durante o regime militar, e mantinha área de alto potencial para exploração de ouro e outros minérios (como ferro, manganês e tântalo) em posse da União.

A extinção, proposta pelo Ministério de Minas e Energia em março, permite a concessão para exploração mineral. O argumento da pasta era de que a medida seria necessária para viabilizar o potencial mineral da região e estimular o desenvolvimento econômico dos dois Estados.

Flávio Ilha/UOL Área desmatada para garimpo ilegal, no Pará

Segundo o Diagnóstico do Setor Mineral do Amapá, feito pelo MME, há 260 processo de interesse em mineração registrados, sendo 20% deles anteriores à criação da reserva em 1984.

Ambientalistas alertam para risco em áreas protegidas

"Apesar do forte apelo econômico, o desenvolvimento da atividade minerária pode trazer impactos indesejáveis para as áreas protegidas inseridas na Renca, tais como explosão demográfica, desmatamento, comprometimento dos recursos hídricos, perda de biodiversidade, acirramento dos conflitos fundiários e ameaça a povos indígenas e populações tradicionais", adverte Maurício Voivodic, diretor executivo do WWF-Brasil.

A Renca engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este.

De acordo com o governo, a medida não coloca em riscos as reservas naturais e as tribos indígenas.

"A extinção (...) não afasta a aplicação de legislação específica sobre a vegetação nativa, unidades e conservação da natureza, terra indígenas e áreas em faixa de fronteira", diz o decreto nº 9.142.

Atividades de mineração são proibidas por lei em unidades de conservação classificadas como de proteção integral. Dentre as áreas protegidas da Renca, a única atividade permitida é a pesquisa mineral em um trecho classificado como de uso sustentável da Floresta Estadual do Paru.

Contudo, de acordo com ambientalistas, brechas na lei e a existência de áreas de uso sustentável ainda sem plano de manejo tornam a região vulnerável a interesses contrários à conservação. O temor dos ambientalistas é de que a abertura da Renca possa gerar uma série de conflitos entre a atividade minerária, a conservação da biodiversidade e os direitos indígenas.

"Uma eventual corrida do ouro para a região poderá causar danos irreversíveis a essas culturas e ao patrimônio natural brasileiro", disse em nota Jaime Gesisky, especialista em políticas públicas do WWF-Brasil.

O ambientalista adverte que o Brasil não pode repetir os erros cometidos na década de 1970, quando grandes empreendimentos foram levados para a Amazônia sem nenhum critério que levasse em conta o ambiente e os povos da região.

"É uma área no coração da Amazônia de florestas bastantes preservadas e com presença humana", disse Gesisky em entrevista em julho à EBC. "Toda essa área não é um vazio. A floresta ali está relativamente bem conservada à exceção de alguns casos pontuais de garimpos ilegais que precisariam ser combatidos".

Pacote de mineração

A extinção da Renca faz parte de um pacote de medidas do Governo Federal para aquecer o setor de mineração. Em julho, Temer anunciou o aumento na alíquota do royalty cobrado dos minérios de ferro, nióbio, ouro e diamante. Também foi criada a ANM (Agência Nacional de Mineração), agência reguladora para o setor que substitui o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2017/08/23/governo-extingue-reserva-de-cobre-para-atrair-investimentos-em-mineracao.htm>

Título: Temer extingue reserva e autoriza exploração mineral na Amazônia

Veículo: Veja

Autor:

Data: 23/08/2017

[Ministério nega que decisão vá impactar a preservação ambiental na região, que é rica em ouro; portaria de março falava em estímulo à mineração](#)

Em decreto publicado no *Diário Oficial da União* (DOU) desta quarta-feira, o presidente **Michel Temer** (PMDB) extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e seus associados (RENCA), nome pelo qual ficou conhecida uma área de 47 mil metros quadrados na região da Amazônia, mais especificamente nos estados do Pará e Amapá. É a confirmação de uma iniciativa adotada em março desse ano, quando o **Ministério de Minas e Energia** publicou uma portaria em que anunciava a intenção de extinguir a reserva e regularizava a situação de títulos minerários na região. Apesar do nome, a RENCA tem como principal riqueza mineral o ouro.

No texto de então, assinado pelo ministro Fernando Coelho Filho (PSB), a pasta indicava que a revogação do decreto de 1984 que regularizava a área como reserva "viabilizará o acesso ao potencial mineral existente na região e estimulará o desenvolvimento econômico dos estados envolvidos" e partia da "importância de se criar mecanismos para viabilizar a atração de novos investimentos para o setor mineral".

Sancionada pelo presidente militar João Baptista Figueiredo em fevereiro de 1984, a norma anterior impunha restrições a atuação de garimpos na região e tornava exclusiva

da estatal Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) a pesquisa, exploração e obtenção de recursos provenientes de minérios da região, obrigando empresas privadas interessadas a se associarem com a CPRM para atuar na reserva.

Apesar da decisão de Figueiredo à época alegar a questão ambiental como motivo para a decretação da reserva, o Ministério de Minas e Energia, procurado por VEJA, negou que a decisão traga qualquer prejuízo à proteção florestal. "O decreto de extinção não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e área em faixa de fronteira", afirmou a pasta.

<http://veja.abril.com.br/politica/temer-extingue-reserva-e-autoriza-exploracao-mineral-na-amazonia/#>

Título: Governo extingue Reserva Nacional do Cobre para liberar exploração mineral

Veículo: Metro

Autor: Paloma Moraes

Data: 23/08/2017

A Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará será extinguida para que a região seja liberada para exploração mineral. O decreto sobre a medida tomada pelo Governo Federal foi publicado nesta quarta-feira (23) no Diário Oficial da União (DOU). Com a deliberação, o Ministério de Minas e Energia está autorizado a estudar concessões no local, que tem potencial para extração de ouro.

A reserva foi criada em 1984 e tem uma área de mais de 4 milhões de hectares. A proposta de revogação do local está sendo discutida desde o início do ano e integra o novo pacote de medidas do Governo Federal no setor mineral.

De acordo com o decreto assinado pelo presidente Michel Temer a abertura da área vai respeitar as normas de preservação ambiental. "A extinção de que trata o art. 1º não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira", diz texto da publicação. Já a Organização Não-Governamental WWF Brasil divulgou um relatório em julho que aponta que 69% de toda a área da Renca está bloqueada para estudos de exploração mineral. De acordo com a WWF, nove áreas protegidas estão dentro da reserva.

<http://metro1.com.br/noticias/brasil/40715,governo-extingue-reserva-nacional-do-cobre-para-liberar-exploracao-mineral.html>